



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
REITORIA  
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS  
COORDENADORIA DE RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

OFÍCIO 112/2021/CRU/PRAE/REITORIA

Fortaleza, 06 de dezembro de 2021.

À Senhora  
Kécia Maria Mendes Carneiro  
Coordenadora de Contabilidade e Finanças

Assunto: **Encaminhamento da NF 13.936 para pagamento.**

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria, para as devidas providências, a Nota Fiscal nº **13.936**, no valor de **R\$ 45.684,49** (quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), a ser paga utilizando a Nota de Empenho 2021NE801, P11541/16-60, Contrato nº 43/2017, Pregão Eletrônico nº 49/2016, referente a serviços prestados nos Refeitórios do **Restaurante Universitário na cidade de Fortaleza** pela empresa ISM Gomes de Mattos Eireli, CNPJ: 04.228.626/0001-00.

A Nota Fiscal nº **13.936** contempla as despesas do Restaurante Universitário de Fortaleza do período de **12 a 30 de novembro de 2021**.

Sem mais para o momento, nos colocamos à inteira disposição para os esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

Natália Lopes Vasconcelos  
Diretora da Divisão de Alimentação e Nutrição  
Coordenadora do Restaurante Universitário em exercício

Frederico Levi de Andrade Castro  
Administrador



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA LOPES VASCONCELOS, Diretor de Divisão**, em 06/12/2021, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO LEVI DE ANDRADE CASTRO, Administrador**, em 06/12/2021, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **2561261** e o código CRC **B1B70EC4**.

---

Rua Paulino Nogueira, 315. - 3366 7441  
CEP 60020-270 - Fortaleza/CE - <http://ufc.br/>

---

**Referência:** Processo nº 23067.054884/2021-86

SEI nº 2561261



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 148, de 27 de dezembro de 2017.

O PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em conformidade com a Portaria nº 303-A/GR/UFC, de 06 de fevereiro de 2017 e considerando o Ofício 117/17/RU-UFC

RESOLVE:

**Art. 1º.** Designar o servidor **FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE CRUZ**, SIAPE nº 1551748, CPF nº 589.517.333-00, para atuar como gestor do contrato nº 43/2017, (Processo nº 16310/2017-23), firmado entre a Universidade Federal do Ceará e a empresa **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, que tem como objeto o fornecimento de refeições prontas: desjejum, almoço e jantar para a comunidade universitária da Universidade Federal do Ceará nos *Campi* de Fortaleza de segunda à sexta-feira durante o período letivo, tendo como suplente do gestor, a servidora **NATÁLIA LOPES VASCONCELOS**, SIAPE nº 1872895, CPF nº 985.123.823-68, ambos lotados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

**Art. 2º.** Esta portaria está em consonância com as orientações constantes do Manual de Fiscalização de Contrato desta Universidade, no que se apliquem especificamente à execução da natureza do objeto contratado.

**Art. 3º.** Cumpre ao fiscal titular informar ao suplente as suas ausências, a qualquer título, e impedimentos.

Dê-se ciência e publique-se.

  
Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque  
Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e  
Administração da UFC



Nossas apólices são registradas e validadas com a tecnologia Blockchain, podendo ser acessadas diretamente por um QR Code. Tudo isso para propiciar a leitura dos principais dados do seguro contratado em formato universal. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) ou da Junto Seguros ([juntoseguros.com](http://juntoseguros.com)).

## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **09/10/2019**

Nº Apólice Seguro Garantia: **10-0775-0240832**

Apólice Referência: **10-0775-0204587**

Proposta: **2419651**

Controle Interno (Código Controle): **494008729**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2017.0010.0775.0204587.000007**

### DADOS DO SEGURADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

CNPJ: 07.272.636/0001-31 AVENIDA DA UNIVERSIDADE N.º 2853 BAIRRO BENFICA - FORTALEZA

### DADOS DO TOMADOR: I S M GOMES DE MATTOS EIRELI

CNPJ: 04.228.626/0001-00 - R MAJ LADISLAU LOURENCO 11 - FORTALEZA - CE

### DADOS DA CORRETORA:

000001.0.071423-2 EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

   
Assinado digitalmente por:  
**Gustavo Henrich**

   
Assinado digitalmente por:  
**Roque Jr. de H. Melo**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br) da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep poderão ser consultadas no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17 e nº 15414.900196/2014-53. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484. Central de Atendimento Junto: 0800 704 0301. Ouvidoria Junto: 0800 643 0301.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832  
Proposta: 2419651  
Controle Interno (Código Controle): 494008729  
Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### Garantia contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G)	Ramo
Executante Fornecedor	R\$ 498.155,35	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos no contrato:

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Fornecedor	R\$ 498.155,35	10/11/2019	08/02/2021
Trabalhista e Previdenciária	R\$ 498.155,35	10/11/2019	08/02/2021

### Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Executante Fornecedor .....	R\$	2.497,60
Prêmio Líquido Trabalhista e Previdenciária .....	R\$	2.497,60
Adicional de Fracionamento .....	R\$	0,00
I.O.F. ....	R\$	0,00
<b>Prêmio Total</b> .....	<b>R\$</b>	<b>4.995,20</b>

#### Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
1	16/10/2019	6741581	4.995,20

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832  
 Proposta: 2419651  
 Controle Interno (Código Controle): 494008729  
 Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Declara-se para os devidos fins e efeitos, que em virtude da solicitação do SEGURADO, através do Ofício 1498/2019/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA firmado em 04/10/2019 referente ao 2º Termo Aditivo, correspondente ao Contrato n.º 043/2017, procedemos a emissão do presente ENDOSSO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, conforme segue:

PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogada a Apólice até 08/02/2021.

O presente Endosso faz parte integrante e inseparável da Apólice n.º 10-0775-0204587.

Ratificam-se os demais termos e condições da apólice não modificados pelo presente endosso.

\* \* \* \* \*



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



## CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurador, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurador, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

### 2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurador.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

### 3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco,



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007

**junto**  
SEGUROS

ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

#### 4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



## 6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

## 7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

## 8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

## 9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados “pro rata temporis”, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

## 10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



#### 11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

#### 12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

#### 13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

#### 14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	%-do-Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	%-do-Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832  
 Proposta: 2419651  
 Controle Interno (Código Controle): 494008729  
 Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

\* \* \* \* \*





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



## CONDIÇÕES ESPECIAIS

### CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

#### SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

##### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

##### 2. Definições:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I- Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

##### 3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

3.2.1. Fica também estabelecido que a não renovação da cobertura deste seguro,



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

#### 4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

f) Diário de Obras, quando aplicável;

g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;

h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;

i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.

4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



## 5. Disposições Gerais:

5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

5.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

## CAPÍTULO III - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS COBERTURAS ADICIONAIS - RAMO 0775 - AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

### 1. Objeto:

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o limite máximo de indenização, o pagamento dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente por sentença condenatória transitada em julgado, com o trânsito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência da seguradora e consequente homologação do Poder Judiciário.

1.2. No que diz respeito à subsidiariedade, a responsabilidade do segurado será referente à



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador, oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Conseqüentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

## 2. Definições:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

2.2. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamatória e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.3. Limite Máximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.4. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis nº 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.5. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

## 3. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

3.1. Expectativa: quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar à seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.

3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.

3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.

3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver.
- c) guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;
- e) documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice;
- f) documento emitido pelo Juízo trabalhista atestando a data da distribuição do feito.

3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7º, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.

3.4. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro.

3.5. Caracterização: recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2.1., a Seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

#### 4. Acordos:

4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.

4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fizer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.

4.3. Acordos decorrentes das reclamatórias trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2.

#### 5. Indenização:

5.1. Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de pagamento, até o limite máximo de indenização estabelecido na apólice.

#### 6. Perda de Direito:





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



6.1. Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

II – quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do Trabalho ou confessar.

III – se o segurado firmar acordo sem a prévia anuência da seguradora ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.

7. Disposições Gerais:

7.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro garantia acima descrita, não assegurando: (i) honorários de qualquer espécie; (ii) danos acordados; (iii) danos ambientais; (iv) lucros cessantes; (v) dano moral; (vi) dano material; (vii) assédio moral ou sexual; (viii) acidente de trabalho; ou (ix) riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro.

7.2. Em hipótese alguma este Seguro Garantia poderá ser usado pelo tomador para garanti-lo em juízo, ou ainda ser chamado em juízo, para fazer frente a prejuízos a terceiros ou para compelir a seguradora ao pagamento de qualquer valor diretamente ao Reclamante.

7.3. A inadimplência do Tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a Seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

7.4. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

7.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que esta seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta apólice se for constatado que às ações Trabalhistas e ou Previdenciárias se enquadram nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

8. Ratificação:

8.1. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

\* \* \* \* \*



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



### CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.

\* \* \* \* \*



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0240832

Proposta: 2419651

Controle Interno (Código Controle): 494008729

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000007



### Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº 10-0775-0240832

Local e Data

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Nome:

RG:

Cargo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Pró-Reitoria Planejamento e Administração

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2016

CONTRATO N.º 43 /2017, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CEARÁ - UFC, E A EMPRESA ISM GOMES DE  
MATTOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

A União, por intermédio da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, com sede na Av. da Universidade, 2853, Benfica, na cidade de Fortaleza/CE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 07.272.636/0001-31, neste ato representado por seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração; Professor Almir Bittencourt da Silva, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 90002029435 expedida pela SSP/CE, e do CPF/MF nº 059.472.003-68, nomeado pela Portaria nº 258, de 02 de fevereiro de 2017, do Ministério de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União em 03 de fevereiro de 2017, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo nº 23067 – 016310/2017-23**, doravante denominada **CONTRATANTE**, RESOLVE registrar os preços da empresa **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.228.626/0001-00**, com sede na Major Ladislau Lourenço, nº 11, Bairro Jangurussu - CEP: 60.870-760, Fortaleza/CE, neste ato representada pela Sra. Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos, identidade nº 96029049150 SSP/CE, CPF nº 311.522.603-91, doravante denominada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 49/2016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas: desjejum, almoço e jantar para a comunidade universitária da Universidade Federal do Ceará nos Campi de Fortaleza, Sobral e Quixadá, de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros fornecimentos, de acordo com solicitação prévia**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:



Item	Especificação	Refeição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01.	Fornecimento de refeições prontas tipo desjejum - para comunidade universitária em Fortaleza da Universidade Federal do Ceará - <b>campus do Pici, Benfica, Porangabussu e Meireles</b> , de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo conselho de ensino, pesquisa e extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros fornecimentos, de acordo com solicitação prévia.	Desjejum	67.700	R\$ 4,13	R\$ 279.601,00
02.	Fornecimento de refeições prontas tipo almoço - para comunidade universitária em Fortaleza da Universidade Federal Do Ceará - <b>Campus do Pici, Benfica, Porangabussu e Meireles</b> , de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo conselho de ensino, pesquisa e extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros fornecimentos, de acordo com solicitação prévia.	Almoço	1.682.600	R\$ 6,98	R\$ 11.744.548,00
03.	Fornecimento de refeições prontas tipo jantar - para comunidade universitária em Fortaleza da Universidade Federal do Ceará - <b>Campus do Pici, Benfica, Porangabussu e Meireles</b> , de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo conselho de ensino, pesquisa e extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros fornecimentos, de acordo com solicitação prévia.	Jantar	373.600	R\$ 6,99	R\$ 2.611.464,00
06.	Fornecimento de refeições prontas tipo almoço - para comunidade universitária da Universidade Federal do Ceará - <b>Campus de Quixadá</b> , de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo conselho de ensino, pesquisa e extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros	Almoço	115.500	R\$ 7,07	R\$ 816.585,00



	fornecimentos, de acordo com solicitação prévia.				
07.	Fornecimento de refeições prontas tipo jantar - para comunidade universitária da Universidade Federal do Ceará - <b>Campus de Quixadá</b> , de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo conselho de ensino, pesquisa e extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros fornecimentos, de acordo com solicitação prévia.	Jantar	69.300	R\$ 7,32	R\$ 507.276,00
<b>Valor Total</b>		<b>15.959.474,00</b>			

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, com início na data de 08 / 11 / 2017 e encerramento em 08 / 11 / 2018 podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.4. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação;
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 15.959.474,00 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro reais)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade:** 153045

**Fontes de Recursos:** 0100000000/ 0250262330

**Programa de Trabalho:** 12364208040020023/ 12364208020RK0023

**Natureza da Despesa:** 339039

#### **CLÁUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento ficará condicionado às disponibilidades do Tesouro Nacional e será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, **pelas refeições efetivamente consumidas**, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



**5.2.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**5.3.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e às refeições efetivamente consumidos.

**5.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**5.5.** Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**5.5.1.** Não produziu os resultados acordados;

**5.5.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**5.5.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**5.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**5.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**5.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**5.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**5.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**5.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

**5.12.** Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

**5.13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.13.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.14.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:



EM = Encargos moratórios;  
 N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
 VP = Valor da parcela a ser paga.  
 I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

#### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do **Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro que venha a surgir que guarde maior correlação com o segmento econômico objeto deste contrato, conforme Art. 30-A, Parágrafo 2º, Inciso II da Instrução Normativa MPOG/SLTI 06/2013.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor de **R\$ 478.784,22 (quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos)** ou o correspondente a **3% (três por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.3.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato;

7.3.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.3.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

7.3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

7.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

7.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

7.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data em que for notificada.

7.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.9. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas acima.

7.10. Será considerada extinta a garantia:

7.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da



Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.10.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

### **CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto desta Licitação serão exercidos por meio de um representante (denominado Fiscal) e um substituto, que ficarão responsáveis por cada lote isoladamente, ou seja, serão designados pela CONTRATANTE dois fiscais titulares e dois substitutos, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução/o fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**

9.1. A CONTRATADA obriga-se a sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas no Edital, e daquelas constantes do Termo de Referência e demais anexos:

9.1.1 Cumprir fielmente o Contrato, de modo que seu objeto seja realizado com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

9.1.2. Recrutar em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade os empregados habilitados necessários à perfeita execução do objeto do presente Contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, etc, em decorrência da sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade da UFC.

9.1.3. Manter em perfeitas condições de uso e conservação os Refeitórios e demais instalações correlatas que forem utilizadas pela CONTRATADA, bem como os equipamentos e utensílios de cozinha de propriedade da UFC, correndo, por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com a manutenção dos mesmos.

9.1.4. Todas as instalações, equipamentos e utensílios, serão entregues à CONTRATADA mediante Termo de Recebimento e Responsabilidade (Anexos VII, VIII E IX) assinado pelas partes contratantes, o qual passará a fazer parte integrante do presente Contrato.

9.1.5. O Termo de Recebimento e Responsabilidade será emitido na data do início efetivo do fornecimento das refeições, mediante inventário realizado por representantes das partes contratantes, obedecendo ao modelo que constitui os Anexos VII, VIII E IX, deste Termo de Referência.

9.1.6. Mensalmente, ou quando houver necessidade, a UFC, acompanhada por representante da CONTRATADA, inspecionará as instalações, equipamentos e utensílios cedidos para verificação do estado de conservação dos mesmos. Sendo constatada alguma inconformidade, o fiscal do contrato expedirá um ofício à CONTRATADA solicitando os ajustes necessários.

9.1.7. Após o recebimento dos equipamentos por parte da CONTRATADA, esta ficará responsável pela sua operacionalidade e, portanto, pela manutenção dos mesmos.

9.1.8 A CONTRATADA deverá comunicar à fiscalização da UFC, tão logo verificada, qualquer irregularidade que porventura possa ocorrer com os equipamentos, utensílios e materiais.

9.1.9. A CONTRATADA deverá reparar todos os danos causados às instalações, equipamentos e móveis da UFC, quando a culpa for decorrente de ação ou omissão de seus empregados e/ou fornecedores, ou quando decorrente da qualidade do material utilizado na manutenção ou por ineficiência/negligência nas operações e manutenções.

9.1.10. Ao término do Contrato, será realizado inventário com a presença de representantes das partes contratantes, lavrando-se o respectivo Termo de Encerramento, através do qual será dada quitação à CONTRATADA. Caso se verifique divergência entre as quantidades constantes do Termo de Recebimento e o de Encerramento, descontar-se-á o valor dos utensílios em falta da última fatura da CONTRATADA ou poderá a UFC reter o seu pagamento até que a CONTRATADA providencie a reposição dos mesmos.

9.1.11. Substituir, às suas expensas, os utensílios que forem extraviados, quebrados ou danificados, de modo a manter permanentemente em uso os itens recebidos da UFC.



**9.1.12.** Preparar as refeições dentro das melhores técnicas de culinária, com bom sabor e boa apresentação, devendo, para tal, suprir-se de gêneros alimentícios de comprovada qualidade e específicos para a execução do objeto contratado. Os gêneros alimentícios, os condimentos e outros componentes utilizados no preparo das refeições, devem ser apresentados em perfeitas condições de conservação, inteiramente protegidos de qualquer agente de deterioração ou contaminação. A fiscal do Contrato estará avaliando e alterando o tempero das refeições de acordo com a preferência dos comensais.

**9.1.13** A CONTRATADA se responsabilizará pela seleção, compra, recebimento e estocagem dos gêneros alimentícios, sendo, facultado à UFC fiscalizar esses gêneros, a qualquer momento.

**9.1.14** Não utilizar em refeição posterior os alimentos preparados para uma determinada refeição.

**9.1.15** O cardápio diário deverá ser divulgado em locais de fácil visualização nos Refeitórios, juntamente com a lista de ingredientes e informações nutricionais.

**9.1.16.** Manter, permanentemente em serviço, profissionais capacitados de acordo com a natureza da atividade exercida, idôneos, cumpridores dos seus deveres, acessíveis, com facilidade para trabalhar em equipe e em número suficiente para acompanhar todos os turnos da distribuição das refeições (desjejum, almoço e jantar). Em todos os locais de execução do serviço a empresa CONTRATADA deverá manter:

a) Nutricionista ou profissional de áreas correlatas: – Coordenar e controlar todas as atividades desenvolvidas na unidade; – Comandar a equipe de trabalho; – Elaborar cardápios de acordo com as necessidades do presente Termo de Referência (Nutricionista); – Elaborar fichas técnicas das preparações disponíveis nos cardápios; – Encaminhar requisições de compra ao estoque; – Coordenar as atividades de distribuição; – Realizar atendimento adequado aos usuários; – Capacitar o pessoal da unidade; – Controlar valores per capita, resto/ingestão, fatores de correção e cocção e rendimento das preparações e alimentos; – Coordenar a limpeza e higienização em todos os setores dos Refeitórios; – Participar do processo de seleção e admissão de pessoal; – Elaborar rotinas de trabalho e escala de serviços dos funcionários; – Elaborar descrição de cargos; – Realizar pesquisa de satisfação junto aos clientes e funcionários; – Avaliar o desempenho dos funcionários; – Coordenar e zelar pela higiene e segurança dos funcionários; – Elaborar relatórios técnicos sempre que necessário; – Realizar inventário mensal junto ao estoquista;

b) Copeiro: – Organizar e limpar a área de distribuição; – Higienizar os utensílios; – Verificar se o balcão de distribuição está ligado e em funcionamento; – Manter limpo o balcão de distribuição; – Controlar a distribuição das refeições, realizando a reposição das preparações e de utensílios; – Porcionar as preparações; – Auxiliar o cliente durante o servimento; – Realizar a colheita de amostras; – Verificar o funcionamento de equipamentos e comunicar a necessidade de manutenção ou conserto e – Ser educado e prestativo;

c) Servente: – Proceder à limpeza de todos os ambientes da unidade, inclusive durante o horário da distribuição; Higienizar equipamentos e utensílios.

**9.1.17.** Fornecer infraestrutura e materiais de expediente necessários para que os responsáveis técnicos da CONTRATADA que trabalham nos Refeitórios da UFC possam desenvolver suas atividades.

**9.1.18.** Fornecer ao setor de Segurança da UFC uma relação contendo os nomes, respectivas funções e horários de trabalhos de todos os empregados a serem utilizados no fornecimento de refeições, comprometendo-se, ainda, a manter sempre atualizada a citada relação.

**9.1.19.** Cumprir todas as regras emanadas do Poder Público e responsabilizar-se por quaisquer infrações de Leis, Decretos, Regulamentos Federais, Estaduais ou posturas Municipais, praticadas por si ou por quaisquer de seus prepostos ou empregados, na execução do objeto do presente Contrato.

**9.1.20.** Refazer ou substituir, no todo ou em parte, os alimentos constantes do cardápio, embora já preparados, desde que impugnados, fundamentalmente, pela UFC.

**9.1.21.** Zelar no sentido de que a seleção, compra e estocagem dos gêneros alimentícios, materiais de consumo e de limpeza, atendam plenamente à necessária qualidade no fornecimento de refeições.



- 9.1.22.** Permitir à UFC e órgãos de controle todas as facilidades para a fiscalização do objeto contratado e apresentar, sempre que lhe for exigido, amostras de qualquer material que seja ou venha a ser utilizado.
- 9.1.23.** Realizar, às suas próprias expensas, análises laboratoriais dos alimentos servidos.
- 9.1.24.** Afastar imediatamente do local de trabalho qualquer empregado que venha a ser considerado inidôneo ou inconveniente pela UFC.
- 9.1.25.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão da UFC administrador do Contrato.
- 9.1.26.** Comunicar ao órgão da UFC administrador do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, como dispensa médica, substituição de seus empregados férias, entre outras, durante a vigência do contrato.
- 9.1.27.** Providenciar a imediata correção das deficiências alinhadas pela UFC quanto à execução do objeto deste Contrato.
- 9.1.28.** Cumprir a legislação vigente sobre Segurança do Trabalho, acatando especificamente todas as recomendações feitas pela UFC.
- 9.1.29.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto contratado, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes, necessariamente já incluídos no preço para o fornecimento de refeições, independentemente da fiscalização exercida pela UFC.
- 9.1.30.** Não transferir a terceiros, no todo ou em partes, os direitos e obrigações oriundas deste Contrato, sem prévia e expressa anuência da UFC.
- 9.1.31.** Submeter-se ao regime de segurança interna da UFC.
- 9.1.32.** Guardar diariamente amostra de cada preparação servida (desjejum, almoço e jantar) embaladas adequadamente, em potes de vidro esterilizados ou em sacos de alimentos específicos para análise, com área para descrição de dados, para avaliação microbiológica, quando necessária e sem ônus adicional para a UFC.
- 9.1.33.** A CONTRATADA deverá fornecer, para execução dos serviços, equipamentos e utensílios compatíveis com as necessidades e perfeito atendimento em cada refeitório:
- Balcões em aço inox aquecidos (calor seco) e refrigerados;
  - Pass-thru em aço inox aquecidos e refrigerados;
  - Geladeira ou freezer;
  - Sanduicheira ou grill;
  - Máquina de higienizar utensílios;
  - Balanças;
  - Termômetros de alimentos;
  - Estantes, prateleiras, mesas, carros multiuso, dentre outros mobiliários em aço inox necessários para disposição e transporte de bandejas, pratos e talheres para os comensais dentro dos Refeitórios;
  - Refresqueiras com capacidade compatível com o fornecimento da unidade;
  - Mesas e cadeiras conforme necessidade para atender a demanda de comensais por unidade, nos locais onde não houver esta estrutura.
- 9.1.34.** A CONTRATADA se obriga a manter o fornecimento de refeições deste Contrato em conformidade com o disposto na Resolução RDC nº 216 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como demais legislações sanitárias vigentes.
- 9.1.35.** A UFC se exime de qualquer responsabilidade quanto a eventuais penalidades que possam ser impostas pelos órgãos fiscalizadores, sendo a responsabilidade única e exclusivamente da CONTRATADA.
- 9.1.36.** Os serviços realizados nos finais de semana e feriados (turno administrativo) deverão ser supervisionados pelas nutricionistas ou profissionais de áreas correlatas da CONTRATADA.
- 9.1.37.** Em hipótese alguma o cardápio poderá ser alterado sem o prévio consentimento da Fiscalização da UFC.
- 9.1.38.** As descargas dos gêneros perecíveis somente serão efetuadas após a vistoria e liberação da fiscalização da UFC.
- 9.1.39.** Realizar, sempre que necessário, reuniões com a equipe de Supervisão da UFC, para avaliar as propostas de cardápios e tratar de outros assuntos de interesse da CONTRATADA e da UFC.





- 9.1.40.** Responder no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o recebimento, as observações apresentadas nos relatórios semanais, elaborados pela equipe de Nutrição da UFC, contendo as inconformidades na prestação do serviço durante o período.
- 9.1.41.** Apresentar Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP\*s) em atendimento a RDC nº 216 de 15/09/2004 da ANVISA, contemplando todos os Refeitórios da UFC onde houver a prestação do serviço.
- 9.1.42.** Cumprir as especificações constantes no Edital, Termo de Referência e anexos.
- 9.2.** A UFC obriga-se a sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e daquelas constantes do Termo de Referência e demais anexos:
- 9.2.1** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, devendo o mesmo ser baseado no quantitativo de refeições efetivamente consumidas, de acordo com o demonstrativo diário de refeições servidas do sistema de acesso eletrônico. Estando o sistema de acesso eletrônico inoperante, a contagem de comensais será manual e realizada por auxiliares administrativos da UFC, podendo ser acompanhados por funcionário designado pela CONTRATADA. Nos locais onde não existir o sistema de acesso eletrônico, deverá ser baseado na venda dos tickets.
- 9.2.2** Colocar à disposição da CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, as instalações e equipamentos fixos e móveis, relacionados no Termo de Recebimento e Responsabilidade, necessários para o cumprimento do objeto contratado, no campus de Fortaleza, Sobral e Quixadá.
- 9.2.3** Fornecer à CONTRATADA água, luz para o fornecimento de refeições, não se responsabilizando, porém, por quaisquer consequências decorrentes de interrupções no fornecimento de tais facilidades, provocadas pelos fornecedores da UFC.
- 9.2.4** A UFC fica obrigada a informar, imediatamente, à CONTRATADA quaisquer eventuais deficiências que venham a ocorrer nos fornecimentos de água e luz, desde que tenha conhecimento antecipado das mesmas, através das respectivas concessionárias ou de setores da UFC que manuseiem tais utilidades, no campus de Fortaleza, Sobral e Quixadá.
- 9.2.5** Colocar à disposição da CONTRATADA o Órgão Administrador do Contrato, para solucionar ou encaminhar para a solução eventuais problemas decorrentes do cumprimento do presente.
- 9.2.6** Efetuar fiscalização para cumprimento das cláusulas do presente Contrato, por meio de sua Nutricionista profissionais de áreas correlatas (da UFC) ou fiscal(is) do contrato, que poderá (ão) inclusive vetar qualquer alimento "in natura" ou preparado que se apresentar fora dos padrões de quantidade/qualidade exigidos, e que deverá informar à CONTRATADA quaisquer irregularidades apresentadas no decorrer do contrato e acompanhar a solução das mesmas.
- 9.2.7** A ação fiscalizadora não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelos serviços objeto deste edital e do futuro CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação
- 10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto
- 10.1.3 fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4 comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5 cometer fraude fiscal;
- 10.1.6 não mantiver a proposta.
- 10.2** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2 multa moratória de 0,07 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
- 10.2.3 multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;





10.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

10.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**10.3** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados

**10.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**10.5** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.6** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

**11.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**11.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.4.3.** Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

**12.1.** É vedado à CONTRATADA:

**12.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**12.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de

licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO**


**15.1.** Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº. 8.666 de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**

**16.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Estado do Ceará - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Fortaleza/CE, 08 de novembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Almir Bittencourt da Silva  
Pró-Reitor de Planejamento e Administração da UFC

  
\_\_\_\_\_  
Idalina Sam Paio Murtz  
Representante da Contratada





corretiva e preventiva. Fundamento Legal: Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 8.078/90. Vigência: 03/11/2017 a 02/11/2018. Valor Total: R\$5627.939,60. Fonte: 112000000 - 2017NE800352. Fonte: 112000000 - 2017NE800353. Data de Assinatura: 03/11/2017.

(SICON - 13/11/2017) 158719-26449-2017NE800055

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 15/2017 UASG 158719**

Nº Processo: 12239101798201794. Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual contratação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio, com substituição de peças, realização de teste hidrostático com pintura e personalização do cilindro com a sigla UFCA. Total de Itens Licitados: 00032. Edital: 14/11/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h59. Endereço: Av. Tenente Raimundo Rocha S/n - Cidade Universitária Centro - JUAZEIRO DO NORTE - CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158719-05-15-2017. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/11/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

SILVERIO DE PAIVA FREITAS JUNIOR  
Pró-reitor de Administração

(SIDECE - 13/11/2017) 158719-26449-2017NE800055

**EXTRATOS DE CONVÊNIOS**

Espécie: Convênio entre a Universidade Federal do Ceará (UFCA), CNPJ 18.621.825/0001-99, e Losane Comercial de Utilidades LTDA, CNPJ 14.207.428/0001-14. Objeto: Estabelecer, por via de estágio, a cooperação mútua. Data da assinatura: 30 de outubro de 2017. Vigência: 04 (quatro) anos a partir da data da assinatura. Signatários: Ricardo Luiz Lange Ness, Reitor da UFCA, e Roseane Farias Linard, Sócia Diretora da Losane Comercial de Utilidades LTDA. Espécie: Convênio entre a Universidade Federal do Ceará (UFCA), CNPJ 18.621.825/0001-99, e o Instituto Anjos da Enfermagem, CNPJ 07.073.700/0001-55. Objeto: Estabelecer, por via de estágio, a cooperação mútua. Data da assinatura: 30 de outubro de 2017. Vigência: 04 (quatro) anos a partir da data da assinatura. Signatários: Ricardo Luiz Lange Ness, Reitor da UFCA, e Jakeline Sheila Duarte Pereira, Presidente do Instituto Anjos da Enfermagem.

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico SRP nº 05/2017. Processo Administrativo nº 122391001423/2017-38. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de aparelhos condicionadores de ar. Ata nº 04/2017 - Vencedores: ALEXSANDRE APARECIDO DEL MANTO - DISTRIBUIDORA - ME, CNPJ: 14.368.002/0001-42 (Item: 16 - Valor total: R\$ 61.944,00); DISMEQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQ. PARA ESCRIT. LTDA - EPP, CNPJ: 24.722.647/0001-95 (Itens: 14 e 15 - Valor total: R\$ 122.398,30); I C SERAFINI REFRIGERAÇÃO - EPP, CNPJ: 14.516.591/0001-69 (Itens: 5, 6 e 11 - Valor total: R\$ 296.420,00); LICITA DISTRIBUIDORA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ: 21.278.884/0001-10 (Itens: 1 e 3 - Valor total: R\$ 78.294,30); TOTAL AR LTDA - ME, CNPJ: 24.996.733/0001-96 (Item: 12 - Valor total: R\$ 32.418,00); VALLÉ COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ: 02.257.228/0001-97 (Item: 13 - Valor total: R\$ 55.098,80); VENTISOL DA AMAZONIA INDUST. DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ: 17.417.928/0001-79 (Itens: 2 e 4 - Valor total: R\$ 149.760,00); VJ INFORMATICA LTDA - EPP, CNPJ: 06.088.334/0001-45 (Itens: 7, 8, 9 e 10 - Valor total: R\$ 790.061,25). VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 1.586.394,65. Data de assinatura: 18/10/2017. Vigência: 14/11/2017 a 13/11/2018.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2017 UASG 153045**

Nº Processo: 11541/2016-60. PREGÃO SRP Nº 49/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CNPJ Contratado: 042282626000100. Contratado: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI - Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de refeições prontas: desjejum, almoço e jantar para a comunidade universitária da Universidade Federal do Ceará nos Campi de Fortaleza, Sobral e Quixadá, de segunda à sexta-feira durante o período letivo, conforme calendário aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, incluindo o período de férias, além de outros fornecimentos, de acordo com solicitação prévia. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Vigência: 08/11/2017 a 08/11/2018. Valor Total: R\$15.959.474,00. Fonte: 100000000 - 2017NE801909. Fonte: 250262330 - 2017NE801934. Fonte: 100000000 - 2017NE800157. Data de Assinatura: 08/11/2017.

(SICON - 13/11/2017) 153045-15224-2017NE800038

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 42/2017 UASG 153045**

Nº Processo: 21337/2017-38. Objeto: Pagamento da taxa de inscrição dos professores: Charles Casimiro Cavalcante (SIAPE 2566616) e Felix Dieter Antreich (SIAPE 2333152) do Programa de Pós-Gr-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017111400055

duação em Engenharia de Teleinformática da UFC no IEEE International Workshop on Computational Advances in Multi-Sensor Adaptive Processing - IEEE CAMSAP 2017, a ser realizado em Curaçao, Antilhas Holandesas Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Contratação de Empresa de notória especialização Declaração de Inexigibilidade em 08/11/2017. AUGUSTO TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE. Pró-reitor Adjunto de Planejamento e Administração/ufc. Ratificação em 08/11/2017. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA. Pró-reitor de Planejamento e Administração/ufc. Valor Global: R\$ 7.200,00. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro IEEE SIGNAL PROCESSING SOCIETY SENSOR.

(SIDECE - 13/11/2017) 153045-15224-2017NE800038

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 UASG 153045**

Número do Contrato: 74/2016. Nº Processo: 20568/14-81. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 4/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CNPJ Contratado: 03234418000151. Contratado: CONSTRUTORA PORTO LTDA - EPP - Objeto: O contrato original fica aditivado em R\$ 274.171,37 (duzentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e um reais e trinta e sete centavos), equivalente a 19,77% (dezenove virgula setenta e sete por cento) da proposta original cujo valor total é de R\$ 1.386.725,65 (um milhão, trezentos e oitenta e seis reais, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos), conforme Memorando nº 211/2017, da Divisão de Obras/CPO/UFCA (IN-FRA). Processo nº 19185/17-11. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 10/11/2017 a 01/01/2018. Valor Total: R\$274.171,37. Fonte: 112000000 - 2016NE801946. Data de Assinatura: 10/11/2017.

(SICON - 13/11/2017) 153045-15224-2017NE800038

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 62/2017 UASG 153045**

Nº Processo: 010496/2017-15. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de testes psicológicos para atender às necessidades do Ser-

viço de Psicologia Aplicada (S.P.A.) de Sobral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00108. Edital: 14/11/2017 de 09h00 às 11h00 e de 14h30 às 17h00. Endereço: Av. da Universidade, 2853 - Benfica Benfica - FORTALEZA - CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153045-05-62-2017. Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/11/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-reitor de Planejamento e Administração

(SIDECE - 13/11/2017) 153045-15224-2017NE800038

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS  
PREGÃO Nº 63/2017**

A Universidade Federal do Ceará torna público o resultado em que restou fracassado o Pregão Eletrônico 63/2017. Os itens 1 e 2 foram cancelados na aceitação. Motivo: apresentação de produtos em desacordo com o Edital. Os autos do processo encontram-se na sede desta universidade.

(SIDECE - 13/11/2017) 153045-15224-2017NE800038

**PREGÃO Nº 65/2017**

A Universidade Federal do Ceará torna público o resultado do Pregão Presencial 65/2017. Sagrou-se vencedora a licitante SILVANA GONCALVES PINTO, CPF: 883.059.613-20, no item 1, com valor anual de R\$ 6.720,00 (seis mil, setecentos e vinte reais). Os autos do processo encontram-se disponíveis na sede desta universidade.

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-Reitor de Planejamento e Administração

(SIDECE - 13/11/2017) 153045-15224-2017NE800038

**EDITAL Nº 178, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017  
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO**

O Reitor da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve homologar o resultado final da Seleção para Professor Substituto - Campus da UFC em Fortaleza, conforme discriminado abaixo:

Edital de Inscrição	Regime	Subunidade/Unidade	Sector de Estado	Classificados
151/2017	40h	Curso de Sistemas e Mídias Digitais/TUV	Autoração Multimídia	1ª Maria Joëlla Pereira Peixoto
162/2017	20h	Departamento de Administração/FEAAC	Administração Geral e Métodos Quantitativos	1ª Ronald Bernardes Fonseca 2ª Nidyane Costa de Souza Fragozo 3ª Francisco Wellington Ribeiro

HENRY DE HOLANDA CAMPOS

**SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS  
UNIVERSITÁRIOS DA UFC  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO**

**EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 2/2017**

PROCESSO: 23533.001486/2017-37. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015. Contratante: Universidade Federal do Ceará, através do seu HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO e MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND. Contratado: RCS TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 08.220.952/0001-22, resolvem celebrar o 2º Termo de Apostilamento ao contrato nº 57/2016, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia especializada e habilitada no ramo de engenharia e manutenção para o HUWC/MEAC. O Contrato fica repactuado com o percentual de 3,7185109%, passando o valor global do contrato atualizado de R\$ 3.542.471,23 para R\$ 3.674.198,41. Empenhos: 2017NE802717-HUWC e 2017NE801845-MEAC. Fundamento legal: Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Vigência de 13/11/2017 a 15/11/2017. Data da assinatura: 13/11/2017.

**RETIFICAÇÃO**

No Extrato de Termo Aditivo Nº 1/2017 publicado no D.O. de 31/10/2017, Seção 3, Pág. 60. Onde se lê: Vigência: 01/11/2017 a 31/10/2018. Leia-se: Vigência: 31/10/2017 a 30/10/2018

(SICON - 13/11/2017) 150244-15224-2017NE800022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 94/2017 UASG 153046**

Processo: 23068018647201765. Objeto: Prestação de serviço de manutenção de equipamento destinado à pesquisa científica para atender ao Programa de Pós-graduação em Educação Física. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Aquisição ou contratação de serviço para pesquisa e desenvolvimento. Declaração de Dispensa em 13/11/2017. TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO. Pró-reitora de Administração. Ratificação em 13/11/2017. RONALDO DE SA

DREWS. Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças. Valor Global: R\$ 1.440,00. CNPJ CONTRATADA : 35.981.992/0001-60. TECNOLABCOMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP.

(SIDECE - 13/11/2017) 153046-15225-2017NE800001

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 113/2017 UASG 153046**

Nº Processo: 23068019319201786. Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva de equipamento destinado à pesquisa científica para atender ao Programa de Pós-graduação em Química. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Atestado de Exclusividade emitido pela FECCOMERCIO/ES em 03/10/2017. Declaração de Dispensa em 13/11/2017. TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO. Pró-reitora de Administração. Ratificação em 13/11/2017. RONALDO DE SA. DREWS. Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças. Valor Global: R\$ 9.852,06. CNPJ CONTRATADA : 03.290.250/0001-00 AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA.

(SIDECE - 13/11/2017) 153046-15225-2017NE800001

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 143/2017 - UASG 153046**

Nº Processo: 23068018713201705. Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva de equipamentos destinado à pesquisa científica para atender ao Programa de Pós-graduação em Ciências Fisiológicas. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Declaração de exclusividade emitida pela ABIMO em 05/09/2017. Declaração de Dispensa em 13/11/2017. TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO. Pró-reitora de Administração. Ratificação em 13/11/2017. TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO. Pró-reitora de Administração. Ratificação em 13/11/2017. RONALDO DE SA. DREWS. Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças. Valor Global: R\$ 5.600,00. CNPJ CONTRATADA : 21.551.379/0007-93 BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA.

(SIDECE - 13/11/2017) 153046-15225-2017NE800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



## A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Você está recebendo uma apólice de Seguro Garantia da Junto Seguros S.A. (antiga JMalucelli Seguradora S.A.), referência no mercado brasileiro de garantias.

Aqui você encontra todas as informações sobre a cobertura assegurada, valor do prêmio, vigência e dados das partes envolvidas.

Atuamos em todo o Brasil e na América Latina e permaneceremos à disposição para analisar suas demandas.

Conte sempre conosco.  
**Junto Seguros S.A.**

### APÓLICE Seguro Garantia Nº 10-0775-0229845

Documento eletrônico digitalmente assinado por:



**ICP**  
**Brasil**  
Assinado digitalmente por:  
**Gustavo Henrich**



**ICP**  
**Brasil**  
Assinado digitalmente por:  
**Roque Jr. de H. Melo**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatário (as):

Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A  
Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

Nº Apólice: **10-0775-0229845**  
Controle Interno(Código Controle): **427836425**  
Data de Emissão: **22/02/2019**

Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o nº 05436.2017.0010.0775.0204587.000006 no site da susep: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). Acesse: Serviço ao Cidadão ->Consulta de apólice de seguro garantia.

## Seguro Garantia

Endosso: 10-0775-0229845  
Referência: 10-0775-0204587  
Proposta: 2272369

Controle Interno(Código Controle):427836425

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website [juntoseguros.com](http://juntoseguros.com). Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pelas sociedades/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.  
Central de Atendimento Junto - 0800 704 0301/Ouvidoria Junto - 0800 643 0301

### Frontispício de Apólice

A Junto Seguros S.A. (antiga J. MALUCELLI SEGURADORA S/A), CNPJ 84.948.157/0001-33, Código de Registro na SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 - Centro - Curitiba - PR, por meio deste ENDOSSO de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, CNPJ 07.272.636/0001-31, AVENIDA DA UNIVERSIDADE N.º 2853 BAIRRO BENFICA FORTALEZA, as obrigações do TOMADOR I S M GOMES DE MATTOS EIRELI, CNPJ 04.228.626/0001-00, R MAJ LADISLAU LOURENCO 11 JANGURUSSU FORTALEZA CE, até o valor de R\$ 498.155,35 (quatrocentos e noventa e oito mil e cento e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), na modalidade abaixo descrita.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G.)	Ramo
Executante Fornecedor	R\$ 498.155,35	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

### Descrição da Garantia (Coberturas, Valores e prazos previstos no contrato)

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Fornecedor	R\$ 498.155,35	09/11/2018	08/02/2020
Trabalhista e Previdenciária	R\$ 498.155,35	09/11/2018	08/02/2020

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta apólice.

### Objeto da Garantia

Declara-se para os devidos fins e efeitos, que em virtude da solicitação do TOMADOR juntamente com o SEGURADO e conforme Primeiro Termo de Apostilamento, firmado em 29/01/2019, referente ao Contrato de nº 43/2017, procedemos a emissão do ENDOSSO DE REFORÇO DE CAUÇÃO, conforme segue:

CAUÇÃO INICIAL/ANTERIOR.....: R\$ 478.784,22  
REFORÇO DE CAUÇÃO.....: R\$ 19.371,13  
TOTAL DA GARANTIA.....: R\$ 498.155,35

O presente Endosso faz parte integrante e inseparável da Apólice n.º 10-0775-0204587.

Ratificam-se os demais termos e condições da apólice não modificados pelo presente endosso.

Corretor: 000001.0.071423-2 - EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Continua na próxima página



Assinado digitalmente por:  
**Gustavo Henrich**



Assinado digitalmente por:  
**Roque Jr. de H. Melo**

Controle de Segurança



Fortaleza - CE. 22/02/2019

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatários (as): Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2  
Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

\*SUSEP: - Superintendência de seguros privados. Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. \*\* Este produto está protocolado na SUSEP através do N.º de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17.



## Seguro Garantia

Endosso: 10-0775-0229845  
 Referência: 10-0775-0204587  
 Proposta: 2272369

Controle Interno(Código Controle):427836425

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website juntoseguros.com. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - www.susep.gov.br. As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pelas sociedades/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484. Central de Atendimento Junto - 0800 704 0301/Ouvidoria Junto - 0800 643 0301

Frontispício de Apólice

### Demonstrativo de Prêmio

Importância Segurada.....	R\$	498.155,35
Prêmio Líquido Executante Fornecedor.....	R\$	171,27
Prêmio Líquido Trabalhista e Previdenciária.....	R\$	171,27
Adicional de Fracionamento.....	R\$	0,00
I.O.F.....	R\$	0,00
<b>Prêmio Total.....</b>	<b>R\$</b>	<b>342,54</b>

Condições de Pagamento			
Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
1	01/03/2019	6116761	342,54

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

São Paulo - SP - 22/02/2019

Corretor: 000001.0.071423-2 - EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

## CONDIÇÕES GERAIS

**CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO  
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775  
SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO**

### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

### 2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

### 3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente,



seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

#### 4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

#### 6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.



6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

#### 8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

#### 9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

#### 10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora



sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

**11. Perda de Direitos:**

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

**12. Concorrência de Garantias:**

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

**13. Concorrência de Apólices:**

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

**14. Extinção da Garantia:**

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

**15. Rescisão Contratual:**

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	Prêmio	Prêmio
15/365	195/365	13%	73%
30/365	210/365	20%	75%
45/365	225/365	27%	78%



60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

## CONDIÇÕES ESPECIAIS

### CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

#### SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.



**1. Objeto:**

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

**2. Definições:**

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I- Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

**3. Vigência:**

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

3.2.1. Fica também estabelecido que a não renovação da cobertura deste seguro, independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

**4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:**

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

f) Diário de Obras, quando aplicável;

g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;

h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;

i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.

4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tomará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

**5. Disposições Gerais:**



5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

5.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

### CAPÍTULO III - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS COBERTURAS ADICIONAIS - RAMO 0775 - AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

#### 1. Objeto:

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o limite máximo de indenização, o pagamento dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente por sentença condenatória transitada em julgado, com o trânsito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência da seguradora e consequente homologação do Poder Judiciário.

1.2. No que diz respeito à subsidiariedade, a responsabilidade do segurado será referente à relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador, oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Consequentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

#### 2. Definições:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

2.2. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamationária e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.3. Limite Máximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.4. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis nº 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.5. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é



insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

### 3. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

**3.1. Expectativa:** quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar à seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.

**3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.**

**3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.**

**3.2. Reclamação:** a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação.

**3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:**

**a) certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;**

**b) acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver.**

**c) guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;**

**d) guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;**

**e) documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice;**

**f) documento emitido pelo Juízo trabalhista atestando a data da distribuição do feito.**

**3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7º, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.**

**3.4. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro.**

**3.5. Caracterização:** recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2.1., a Seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

### 4. Acordos:

**4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.**

**4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fizer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.**

**4.3. Acordos decorrentes das reclamatórias trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2.**

### 5. Indenização:

**5.1. Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de pagamento, até o limite máximo de indenização estabelecido na apólice.**

### 6. Perda de Direito:

**6.1. Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:**

**I – não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.**

**II – quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do Trabalho ou confessar.**

**III – se o segurado firmar acordo sem a prévia anuência da seguradora ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.**

### 7. Disposições Gerais:

**7.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro garantia acima descrita, não assegurando: (i) honorários de qualquer espécie; (ii) danos acordados; (iii) danos ambientais; (iv) lucros cessantes; (v) dano moral; (vi) dano material; (vii) assédio moral ou sexual; (viii) acidente de trabalho; ou (ix) riscos**







Endosso: 10-0775-0229845

Referência: 10-0775-0204587

## DEVOLUÇÃO DO DOCUMENTO

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **10-0775-0229845**

Local e Data

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Nome:

RG:

Cargo:



Nossas apólices são registradas e validadas com a tecnologia Blockchain, podendo ser acessadas diretamente por um QR Code. Tudo isso para propiciar a leitura dos principais dados do seguro contratado em formato universal. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) ou da Junto Seguros ([juntoseguros.com](http://juntoseguros.com)).

## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **02/02/2021**

Nº Apólice Seguro Garantia: **10-0775-0269178**

Apólice Referência: **10-0775-0204587**

Proposta: **2868977**

Controle Interno (Código Controle): **030067946**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2017.0010.0775.0204587.000010**

### DADOS DO SEGURADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

CNPJ: 07.272.636/0001-31 AVENIDA DA UNIVERSIDADE N.º 2853 BAIRRO BENFICA - CEP: 60.020-181 - FORTALEZA - CE

### DADOS DO TOMADOR: I S M GOMES DE MATTOS EIRELI

CNPJ: 04.228.626/0001-00 - R MAJ LADISLAU LOURENCO 11 - FORTALEZA - CE

### DADOS DA CORRETORA:

000002.0.205171-6 EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

  
ICP Brasil  
Assinado digitalmente por:  
**Gustavo Henrich**

  
ICP Brasil  
Assinado digitalmente por:  
**Roque Jr. de H. Melo**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br) da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep poderão ser consultadas no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). Este produto está protocolado através do Nº de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17 e nº 15414.900196/2014-53.

Atendimento SUSEP: 0800 021 8484 Central de Atendimento Junto: 0800 704 0301 Ouvidoria Junto: 0800 643 0301.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178  
 Proposta: 2868977  
 Controle Interno (Código Controle): 030067946  
 Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G)	Ramo
Executante Fornecedor	R\$ 536.648,32	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos no contrato:

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Fornecedor	R\$ 536.648,32	08/11/2020	09/02/2022
Trabalhista e Previdenciária	R\$ 536.648,32	08/11/2020	09/02/2022

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Executante Fornecedor .....	R\$	95,00
Prêmio Líquido Trabalhista e Previdenciária .....	R\$	95,00
Adicional de Fracionamento .....	R\$	0,00
I.O.F .....	R\$	0,00
<b>Prêmio Total .....</b>	<b>R\$</b>	<b>190,00</b>

Condições de Pagamento:	Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
	1	09/02/2021	9325118	190,00

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. O(s) valor(es) acima descrito(s), e(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.







Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



## CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurador, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurador, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

### 2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurador.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

### 3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxaço do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

#### 4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

## 6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

## 7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

## 8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados “pro rata temporis”, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

### 11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

### 12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

### 13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

### 14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	---%---do---	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	---%---do---
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



## 16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

**16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.**

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

## 17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

## 18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

## 19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no







Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



## CONDIÇÕES ESPECIAIS

### CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

#### SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

##### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

##### 2. Definições:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I- Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

##### 3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



3.2.1. Fica também estabelecido que a não renovação da cobertura deste seguro, independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

**4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.**

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;

c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;

f) Diário de Obras, quando aplicável;

g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;

h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;

i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.

4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010

**junto**  
SEGUROS

## 5. Disposições Gerais:

**5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.**

5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

5.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

## **CAPÍTULO III - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS COBERTURAS ADICIONAIS - RAMO 0775 - AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

### 1. Objeto:

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o limite máximo de indenização, o pagamento dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente por sentença condenatória transitada em julgado, com o trânsito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência da seguradora e consequente homologação do Poder Judiciário.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



1.2. No que diz respeito à subsidiariedade, a responsabilidade do segurado será referente à relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador, oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Conseqüentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

## 2. Definições:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

2.2. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamatória e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.3. Limite Máximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.4. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis nº 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.5. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

## 3. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

**3.1. Expectativa: quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar à seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.**

3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.

3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



### **3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação.**

3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver.
- c) guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;
- e) documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice;
- f) documento emitido pelo Juízo trabalhista atestando a data da distribuição do feito.

3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7º, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.

3.4. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro.

3.5. Caracterização: recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2.1., a Seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

### 4. Acordos:

**4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.**

4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fizer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.

4.3. Acordos decorrentes das reclamatórias trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2.

### 5. Indenização:

5.1. Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de pagamento, até o limite máximo de indenização estabelecido na apólice.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



## 6. Perda de Direito:

6.1. Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

II – quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do Trabalho ou confessar.

III – se o segurado firmar acordo sem a prévia anuência da seguradora ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.

## 7. Disposições Gerais:

**7.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro garantia acima descrita, não assegurando: (i) honorários de qualquer espécie; (ii) danos acordados; (iii) danos ambientais; (iv) lucros cessantes; (v) dano moral; (vi) dano material; (vii) assédio moral ou sexual; (viii) acidente de trabalho; ou (ix) riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro.**

7.2. Em hipótese alguma este Seguro Garantia poderá ser usado pelo tomador para garanti-lo em juízo, ou ainda ser chamado em juízo, para fazer frente a prejuízos a terceiros ou para compelir a seguradora ao pagamento de qualquer valor diretamente ao Reclamante.

7.3. A inadimplência do Tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a Seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

7.4. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

7.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que esta seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta apólice se for constatado que às ações Trabalhistas e ou Previdenciárias se enquadram nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

## 8. Ratificação:

8.1. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

\* \* \* \* \*





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0269178

Proposta: 2868977

Controle Interno (Código Controle): 030067946

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000010



### CONDIÇÕES PARTICULARES

**Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.**

**"No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente apólice/endorso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente apólice/endorso."**

**"Cabe ao tomador a conferência das condições e termos desta apólice e/ou endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento."**

\* \* \* \* \*



Nº Apólice Seguro Garantia: **10-0775-0269178**

Proposta: **2868977**

Controle Interno (Código Controle): **030067946**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2017.0010.0775.0204587.000010**



### Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **10-0775-0269178**

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Nome:

RG:

Cargo:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
 Av. da Universidade, 2853, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181  
 Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://ufc.br/

## TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23067.071707/2018-69

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23067.071707/2018-69.

O Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, firma o presente TERMO DE APOSTILAMENTO de **Reajuste** ao Contrato nº **43/2017**, celebrado entre esta Universidade e a **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ nº 04.228.626/0001-00.

Contrato nº 43/2017 - ISM			
	Valor Original Atualizado	Valor do Reajuste	Valor após o Reajuste
<b>Mensal</b>	1.329.956,17	53.808,70	1.383.764,86
<b>Anual</b>	15.959.474,00	645.704,36	16.605.178,36
<b>Percentual do Reajuste</b>			<b>4,0459%</b>

O percentual de reajuste sobre o valor global do contrato é de 4,0459% (quatro inteiros e quatrocentos e cinquenta e nove milionésimos por cento). Dessa forma, o **valor do reajuste** proposto é de **R\$ 645.704,35 (seiscentos e quarenta e cinco mil setecentos e quatro reais e trinta e cinco centavos)**. Assim, o valor global do contrato passará a ser de R\$ 16.605.178,35 (dezesseis milhões, seiscentos e cinco mil cento e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), conforme Memorando nº 24/2019/CONTRATOS/DGCAC/CCONV.

Fortaleza,

Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA.  
 Pró-Reitor de Planejamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **AUGUSTO TEIXEIRA DE ALBUQUERQUE, Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Administração**, em 29/01/2019, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site





[https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0601831** e o código CRC **CD1ACC71**.

---

Referência: Processo nº 23067.071707/2018-69

SEI nº 0601831



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA  
Av. da Universidade, 2853, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181  
Telefone: 853366-7361 e Fax: @fax\_unidade@ - http://ufc.br/

## TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23067.075504/2019-22

### 2º TERMO DE APOSTILAMENTO

O Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, firma o presente TERMO DE APOSTILAMENTO de Reajuste ao **Contrato nº 43/2017**, celebrado entre esta Universidade e a empresa **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ nº 04.228.626/0001-00, conforme OFÍCIO 282/2020/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA (1244190) e Quadro Resumo com os valores expostos abaixo:

Contrato nº 43/2017 - ISM			
	Valor Original Atualizado	Valor do Reajuste	Valor após o Reajuste
<b>Mensal</b>	1.383.764,86	45.316,09	1.429.080,95
<b>Anual</b>	16.605.178,36	543.793,02	17.148.971,38
<b>Percentual do Reajuste</b>			<b>3,2748%</b>

O percentual do reajuste sobre o valor global atualizado do contrato é de **3,2748%** (três inteiros e dois mil setecentos e quarenta e oito milionésimos por cento). Dessa forma, o valor do reajuste proposto é de **R\$ 543.793,02** (quinhentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e três reais e dois centavos). Assim, o valor global do contrato passará a ser de **R\$ 17.148.971,38** (dezessete milhões, cento e quarenta e oito mil novecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos);

O reajuste foi calculado com base no IPCA acumulado de dezembro/2018 a novembro/2019. Assim, os **efeitos financeiros do reajuste retroagem à data base de 08 de novembro de 2019**.

Fortaleza,

Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA



Documento assinado eletronicamente por **Adênia Maria Augusto Guimarães, Pró-Reitora Adjunta de Planejamento e Administração**, em 11/02/2020, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1251635** e o código CRC **CDC5F8BF**.

---





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
 Av. da Universidade, 2853, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181  
 Telefone: 853366-7361 e Fax: @fax\_unidade@ - http://ufc.br/

## TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo nº 23067.053262/2020-50

### 3º TERMO DE APOSTILAMENTO

#### Contrato nº 43/2017

O Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, no uso de suas atribuições legais, firma o presente TERMO DE APOSTILAMENTO de **Reajuste** ao Contrato nº 43/2017, celebrado entre esta Universidade e a **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ nº 04.228.626/0001-00.

O percentual do reajuste sobre o valor global atualizado do contrato é de **4,3111%** (quatro inteiros e três mil cento e onze milionésimos por cento). Dessa forma, o valor do reajuste proposto é de **R\$ 739.305,87 (setecentos e trinta e nove mil trezentos e cinco reais e oitenta e sete centavos)**. Assim, o valor global do contrato passará a ser de **R\$ 17.888.277,25 (dezesete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil duzentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos)**, conforme OFÍCIO 78/2021/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA (1750099) e Quadro Resumo com os valores expostos abaixo:

Contrato nº 43/2017 - ISM - IPCA			
	Valor Original Atualizado	Valor do Reajuste	Valor após o Reajuste
<b>Mensal</b>	1.429.080,95	61.608,82	1.490.689,77
<b>Anual</b>	17.148.971,38	739.305,87	<b>17.888.277,25</b>
<b>Percentual de Reajuste =</b>	<b>4,3111%</b>		

Ademais, segue abaixo quadro com os valores reajustados de cada item do objeto contratual, conforme item 1.3 da Cláusula Primeira do contrato:

Item	Especificação/Refeição	Quant.	Valor Unit. Reajustado	Valor Total Reajustado
01.	Desjejum Pici, Benfica, Porangabussu e Meireles	67700	4,63	313.392,55
02.	Almoço Pici, Benfica, Porangabussu e Meireles	1682600	7,82	13.163.950,82
03.	Jantar Pici, Benfica, Porangabussu e Meireles	373600	7,83	2.927.075,92
06.	Almoço Quixadá	115500	7,92	915.274,46
07.	Jantar Quixadá	69300	8,20	568.583,51
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>17.888.277,25</b>

Ressalta-se que o reajuste foi calculado com base no IPCA acumulado de dezembro/2019 a novembro/2020 (1726099). Assim, os **efeitos financeiros do reajuste retroagem à data base de 08 de novembro de 2020.**

Fortaleza,

Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-Reitor de Planejamento e Administração/UFC



Documento assinado eletronicamente por **Adênia Maria Augusto Guimarães, Pró-Reitora Adjunta de Planejamento e Administração**, em 25/01/2021, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1761868** e o código CRC **BB9BBEC5**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

**PROCESSO n° 23067. 049912/2018-48**

**Contrato n° 43/2017**

*1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMARAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E A EMPRESA ISM GOMES DE MATTOS EIRELI.*

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, com CNPJ/MF de n° 07.272.636/0001/31, situada à Avenida da Universidade, 2853, bairro de Benfica, nesta Cidade de Fortaleza-Ce, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, abaixo assinado, e de outro lado, a **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ n° 04.228.626/0001-00, CNPJ/MF n° 04.228.626/0001-00, estabelecida nesta Capital, na Rua Major Ladislau Lourenço, n° 11, Bairro Jangurussu, Fortaleza-CE, CEP: 60.870-760, designada CONTRATADA, neste ato representada por seu Representante Legal abaixo signatário, resolvem firmar o presente aditivo ao contrato que tem como objeto o fornecimento de refeições prontas - desjejum, almoço e jantar para a comunidade Universitária da Universidade Federal do Ceará nos Campi de Fortaleza, e Quixadá, na forma e termos licitados no Pregão Eletrônico n° 49/2016, em conformidade com a Lei n° 8.666/93 e alterações, e mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO

A vigência do contrato original fica prorrogada, (Cfe. solicitação contida no Memorando n° 107/2018/CRU/PRAE/REITORIA (Doc SEI n° 0327827), e Memorando n° 1104/2018/CONTRATOS/DGCAC/CCONV, passando a ter vigência de **09/11/2018 a 09/11/2019**. Registra-se que o valor do contrato original prorrogado é de **R\$ 15.959.474,00** (quinze milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), (Conforme Despacho CPAO - Doc SEI n° 0343038).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste instrumento, ocorrem à conta do Projeto/Atividade n°.108223, Elemento de Despesa 339039, Fonte 8100000000. Dessa forma, declara-se existir dotação orçamentária suficiente para a cobertura da parcela da despesa que se pretende realizar no exercício financeiro corrente, no valor de **R\$ 2.659.912,34** (dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e doze reais e trinta e quatro centavos), e que o restante da despesa, **R\$ 13.299.561,66** (treze milhões, duzentos e noventa e nove mil,



quinientos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), será consignado na Proposta Orçamentária para 2019.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS

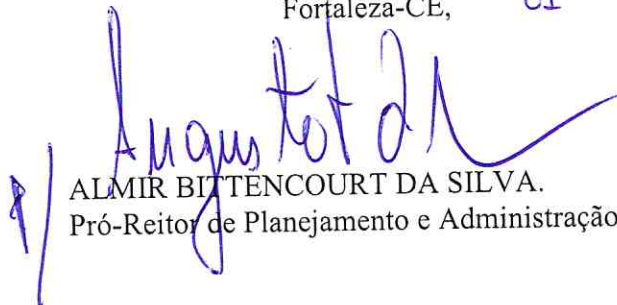
As demais cláusulas do contrato original, que a este aditivo não se contraponham, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, assinam este Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Este Aditivo será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União.

Fortaleza-CE, 01 de outubro de 2018.

  
ALMIR BITTENCOURT DA SILVA.  
Pró-Reitor de Planejamento e Administração/UFC.

Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque  
Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e  
Administração da UFC

  
CONTRATADA

Idalina Sampaio M. G. de Mattos  
Rua: Major Ladislau Lourenço  
Tel. 3111.0850  
CNPJ: 04.228.626/0001-00  
CGC: 06.306.057-4  
FORTALEZA - CEARÁ

Idalina Sampaio M. G. de Mattos  
CPF: 311.522.603-81

RG 96029049150



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Av. da Universidade, 2853, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181  
Telefone: 853366-7361 e Fax: @fax\_unidade@ - http://ufc.br/

## TERMO ADITIVO

Processo nº 23067.053660/2019-32

### **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMARAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E A EMPRESA ISM GOMES DE MATTOS EIRELI.**

**Contrato nº 43/2017**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, com CNPJ/MF de nº 07.272.636/0001/31, situada à Avenida da Universidade, 2853, bairro de Benfica, nesta Cidade de Fortaleza-Ce, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, abaixo assinado, e de outro lado, a **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ nº 04.228.626/0001-00, estabelecida nesta Capital, na Rua Major Ladislau Lourenço, nº 11, Bairro Jangurussu, Fortaleza-CE, CEP: 60.870-760, designada CONTRATADA, neste ato representada por seu Representante Legal abaixo signatário, resolvem firmar o presente aditivo ao contrato para a *objeto o fornecimento de refeições prontas - desjejum, almoço e jantar para a comunidade Universitária da Universidade Federal do Ceará nos Campi de Fortaleza, e Quixadá*, na forma e termos licitados no Pregão Eletrônico nº 49/2016, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações e mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO**

A vigência do contrato original fica prorrogada, (Cf. solicitação contida no OFÍCIO 103/2019/CRU/PRAE/REITORIA ([0967277](#)), e OFÍCIO 1280/2019/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA ([0989928](#)), passando a ter vigência de **10/11/2019 a 10/11/2020**.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO.**

Registra-se que o valor do contrato original do prorrogado é de **R\$ 16.605.175,36** (dezesesseis milhões, seiscentos e cinco mil cento e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos);

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes da execução deste instrumento, ocorrem à conta do Projeto/Atividade nº.108225, Elemento de Despesa 339039, Fonte 8108000000. Dessa forma, declara-se existir que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da parcela da despesa que se pretende realizar no exercício financeiro corrente, no valor de **R\$ 2.306.274,37** (dois milhões, trezentos e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos), e que o restante da despesa, **R\$**

**14.298.900,99** (quatorze milhões, duzentos e noventa e oito mil, novecentos reais e noventa e nove centavos), está consignada na Proposta Orçamentária para 2020, conforme Despacho DAO.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato original a este aditivo não se contraponham permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, assinam este Aditivo

### **CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

Este Aditivo será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União.

*Fortaleza-CE,*

Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA.

Pró-Reitor de Planejamento e Administração/UFC

Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos

CONTRATADA

CPF:

RG



Documento assinado eletronicamente por **IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS, Usuário Externo**, em 01/10/2019, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, Pró-Reitor de Planejamento e Administração**, em 02/10/2019, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1013566** e o código CRC **49566A81**.

Referência: Processo nº 23067.053660/2019-32

SEI nº 1013566

Criado por [gabrielcardoso](#), versão 3 por [gabrielcardoso](#) em 26/09/2019 10:11:03.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Av. da Universidade, 2853, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181  
Telefone: 853366-7361 e Fax: @fax\_unidade@ - http://ufc.br/

## TERMO ADITIVO

Processo nº 23067.034238/2020-11

### Contrato nº 43/2017

### 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMARAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E A EMPRESA ISM GOMES DE MATTOS EIRELI.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, com CNPJ/MF de nº 07.272.636/0001/31, situada à Avenida da Universidade, 2853, bairro de Benfica, nesta Cidade de Fortaleza-Ce, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Reitor, Prof. JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE, portador do CPF nº 078.883.173-91, abaixo assinado, e de outro lado, a **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ nº 04.228.626/0001-00, CNPJ/MF nº 04.228.626/0001-00, estabelecida nesta Capital, na Rua Major Ladislau Lourenço, nº 11, Bairro Jangurussu, Fortaleza-CE, CEP: 60.870-760, designada CONTRATADA, neste ato representada por seu Representante Legal abaixo signatário, resolvem firmar o presente aditivo ao contrato para a *objeto o fornecimento de refeições prontas - desjejum, almoço e jantar para a comunidade Universitária da Universidade Federal do Ceará nos Campi de Fortaleza, e Quixadá*, na forma e termos licitados no Pregão Eletrônico nº 49/2016, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações e mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO

A vigência do contrato original fica prorrogada por 12 (doze) meses, (Cf. solicitação contida no OFÍCIO 110/2020/CRU/PRAE/REITORIA (1514154), e OFÍCIO 1705/2020/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA, passando a ter vigência de **11/11/2020 a 11/11/2021**.

#### PARÁGRAFO ÚNICO.

Registra-se que o valor do contrato original do prorrogado é de **R\$ 17.148.971,38 (dezesete milhões, cento e quarenta e oito mil novecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos)**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste instrumento, ocorrem à conta do Projeto/Atividade nº. 152840, Elemento de Despesa 339039, Fonte 8100000000. Dessa forma, declara-se existir que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da parcela da despesa que se pretende realizar no exercício financeiro corrente, no valor de **R\$ 1.824.584,28** (um milhão, oitocentos e vinte e quatro

mil quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos), e que o restante da despesa, **R\$ 15.324.387,10** (quinze milhões, trezentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e sete reais e dez centavos), será consignado na Proposta Orçamentária para 2021, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias, conforme DESPACHO 93/2020/DAO/CPO\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA-( 1569789).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato original a este aditivo não se contraponham permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, assinam este Aditivo

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Este Aditivo será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União.

Prof. JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE

Reitor/UFC

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos, Usuário Externo**, em 15/10/2020, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE GLAUCO LOBO FILHO, Vice-Reitor**, em 19/10/2020, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1600744** e o código CRC **CD17928B**.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2018 - UASG 158199**

Nº Processo: 23096207871201873.  
PREGÃO SRP Nº 6/2018. Contratante: CENTRO DE SAUDE E TECNOLOGIA RURALDA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. CNPJ Contratado: 40979684000130. Contratado: ANDRE FELIPE DE SOUZA SANTOS - Objeto: Aquisição de Gas GLP. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto 2.271/97 IN 05/2017. Vigência: 01/10/2018 a 01/10/2019. Valor Total: R\$28.190,16. Fonte: 100000000 - 2018NE800238. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 158199-15281-2018NE000006  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2018 - UASG 158196**

Nº Processo: 23096.032378/1843.  
PREGÃO SRP Nº 11/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA -GRANDE. CNPJ Contratado: 01245055000124. Contratado: HENRY EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E -SISTEMAS LTDA. Objeto: Aquisição de solução integrada de controle eletrônico de frequência para os empregados da EBSEH - filial Hospital Universitário Alcides Carneiro-HUAC. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e outros. Vigência: 25/09/2018 a 24/09/2019. Valor Total: R\$8.084,00. Fonte: 8100150714 - 2018NE801605 Fonte: 8100150714 - 2018NE801603 Fonte: 8100150714 - 2018NE801604. Data de Assinatura: 25/09/2018.

(SICON - 02/10/2018) 158196-15281-2018NE000027

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2017 - UASG 158196**

Nº Processo: 23096.025661/1732.  
PREGÃO SRP Nº 38/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA -GRANDE. CNPJ Contratado: 1196794000157. Contratado: J I PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA -Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia para reforma com ampliação, visando o atendimento das demandas definidas pelo PDE (Plano Diretor Estratégico) e enquadramento das áreas do HUAC. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e outros. Vigência: 18/08/2017 a 18/08/2018. Valor Total: R\$197.841,30. Fonte: 151002767 - 2017NE802590. Data de Assinatura: 18/08/2017.

(SICON - 02/10/2018) 158196-15281-2018NE000027

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI****EXTRATO DE CONVÊNIO**

Espécie: Termo de Convênio celebrado entre a Universidade Federal do Cariri (UFCA), CNPJ 18.621.825/0001-99, e o Colégio Cultural Modelo LTDA (Colégio Modulo - Colégio Objetivo), CNPJ 04.186.831/0001-50. Processo: 23507.003215/2018-67. Objeto: Estabelecer cooperação para a concessão de estágio. Data de assinatura: 26 de setembro de 2018. Signatários: Ricardo Luiz Lange Ness, Reitor da UFCA, e Tereza Neuma Leite Cabral, Diretora do Colégio Cultural Modelo LTDA.

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2018 - UASG 158719**

Nº Processo: 2599/2018-15. Objeto: Aquisição de equipamentos de uso veterinário para o Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 03/10/2018 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Interventor Francisco Erivano Cruz Nº 120 - Centro Multiuso - 3º andar Sala 16, - Juazeiro do Norte/CE ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158719-5-00021-2018](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158719-5-00021-2018). Entrega das Propostas: a partir de 03/10/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 17/10/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: .

TULIO BESSA ALMEIDA GONCALVES  
Pró-reitor de Administração  
Em Exercício

(SIASGnet - 02/10/2018) 158719-26449-2018NE800079

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2018 - UASG 158719**

Nº Processo: 1004/2018-96. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de fotografia, vídeo e iluminação. Total de Itens Licitados: 42. Edital: 03/10/2018 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Interventor Francisco Erivano Cruz Nº 120 - Centro Multiuso - 3º andar Sala 16, - Juazeiro do Norte/CE ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158719-5-00020-2018](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/158719-5-00020-2018). Entrega das Propostas: a partir de 03/10/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 17/10/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: .

TULIO BESSA ALMEIDA GONCALVES  
Pró-reitor de Administração  
Em Exercício

(SIASGnet - 02/10/2018) 158719-26449-2018NE800079

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0530201810030060

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 12/2018**

A Universidade Federal do Cariri torna público resultado do Pregão Eletrônico 12/2018 homologado para as empresas: NATIVA LAB PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI CNPJ: 17.930.162/0001-21, Itens 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 26, 41, 42, e 47, com o valor total de R\$ 3.609,07 ( três mil, seiscentos e nove reais e sete centavos); THAIS KENDERLY ALVES DA SILVA, CNPJ: 21.803.386/0001-40, Itens 1, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40, com o valor total de R\$ 1.058,84 (mil e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). Os itens 2, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 43, 44, 45, e 46 foram cancelados por inexistência de proposta, e os itens 4, 6, 17, 19, 29 foram cancelados na aceitação. Os atos do processo encontram-se disponíveis na sede dessa Universidade.

TULIO BESSA ALMEIDA GONCALVES  
Pró-Reitor de Administração  
Em Exercício

(SIDEK - 02/10/2018) 158719-26449-2018NE800014

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

ESPÉCIE: Convênio de estágio supervisionado para aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades significativas para a formação profissional aos alunos matriculados nos cursos de graduação firmado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e as empresas:

CONVENIADO	CNPJ	VIGÊNCIA
HOTEL FAZENDA MORADA NOVA LTDA	17.467.773/0001-85	25.09.2018 A 25.09.2023
MARDONIO PEIXOTO BOTELHO NETO	014.736.693-32	10.09.2018 A 10.09.2023
OBRAS SOCIAIS DO CIRCULO DE RENOVACAO ESPIRITUAL	07.945.769/0001-21	24.09.2018 A 24.09.2023
NOBREGA E ARRUDA TECNOLOGIA LTDA	26.769.523/0001-90	21.09.2018 A 21.09.2023

**EXTRATO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

Memorando de entendimento entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (MAEC-AECID) e a Universidade Federal do Ceará (Brasil) com o objetivo de apoiar os estudos de espanhol nesta Universidade, contribuindo a seu desenvolvimento e consolidação acadêmico-institucional, e as condições para a inclusão de uma vaga para a universidade Federal do Ceará na convocatória regular AECID, conforme plano de atividades. Vigência: cinco anos. Data da assinatura: 03/07/2018. SIGNATÁRIOS: Henry de Holanda Campos (Reitor da UFC) e Roberto Varela Fariña (Diretor de Relações Culturais e Científicas - MAEC-AECID).

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao contrato de concessão de uso que entre si firmam a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e a MARIA DE LOURDES SOUSA NASCIMENTO CPF: 203.872.533-00, relativo à concessão de uso oneroso de espaço físico destinado à exploração de uma cantina, localizada no Departamento de Economia Domestica, Bl. 806 Objeto - vigência do contrato por mais cinco anos, a terminar em 30.09.2023. O preço da mensalidade será reajustado, anualmente, pelo índice IGP-M(FGV) através de apostilamento, com o respectivo valor comunicado ao usuário. Exceto as clausulas alteradas por este Termo aditivo, as demais condições do contrato permanecem inalteradas e em vigor. Processo 046839/2018-52 DATA DA ASSINATURA: 19/09/2018. SIGNATÁRIOS: Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque(Pro Reitor Adjunto de Planejamento e Administração) e Maria de Lourdes Sousa do Nascimento(Concessionária).

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2018 - UASG 153045**

Nº Processo: 41328/18-44.  
INEXIGIBILIDADE Nº 34/2018. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 63067904000669. Contratado: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUT. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de sequenciador por eletroforese capilar de 4 canais com laptop e programas instalados. O contrato vincula-se ao Termo de Referência e à proposta da Contratada, independentemente de transição. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 01/10/2018 a 01/10/2019. Valor Total: R\$200.000,00. Fonte: 8188000000 - 2018NE800977. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 153045-15224-2018NE800016

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 153045**

Número do Contrato: 32/2017.  
Nº Processo: 191/17-97.  
PREGÃO SISP Nº 23/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 09310524000153. Contratado: ASSISTEC COMERCIO E SERVICOS DE - MATERIAIS MEDICOS E HOS. Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada (Cf.solicitação contida no Memorando nº34/2018/FFOE/REITORIA, e Memorando nº1024/2018/CONTRATOS/CONV, passando a ter vigência de 22/08/18 a 22/08/19. Processo SEI nº45851/18-40. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 22/08/2018 a 22/08/2019. Valor Total: R\$181.989,84. Fonte: 8100000000 - 2018NE800216. Data de Assinatura: 21/08/2018.

(SICON - 02/10/2018) 153045-15224-2018NE800016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ****EXTRATO DE ACORDO**

ESPÉCIE: Acordo de Colaboração de Pesquisa entre a Universidade de Montpellier e a Universidade Federal do Ceará para realizar conjuntamente um estudo intitulado "WIPPS: SIMULAÇÃO NUMÉRICA DE INVASÃO DE ÁGUA EM POÇOS PRODUTORES BNOS CAMPOS DO PRE-SAL". O objetivo do acordo é definir os termos e condições sob as quais o estudo será executado, conforme plano de atividades, terá vigência por um período de cinco anos. SIGNATÁRIOS: Henry de Holanda Campos(Reitor da UFC) e Philippe Augé (Le Président de l' UM).

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 153045**

Número do Contrato: 38/2017.  
Nº Processo: 4182/17-75.  
PREGÃO SISP Nº 28/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 43209436000106. Contratado: ACECO TI S.A. -Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada (Cf.solicitação contida no Memorando nº102/18/ST/DAAD/STI REITORIA e Memorando nº1212/2018/CONTRATOS/CONV, passando a ter vigência de 02/10/18 a 02/10/19. Processo SEI nº47265/18-30. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 02/10/2018 a 02/10/2019. Valor Total: R\$537.900,00. Fonte: 8100000000 - 2018NE800084. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 153045-15224-2018NE800016

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 153045**

Número do Contrato: 43/2017.  
Nº Processo: 16310/17-23.  
PREGÃO SRP Nº 49/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 04228626000100. Contratado: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI -Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada (Cf.Memorando nº107/18/CRU/PRAE/REITORIA e Memorando nº1104/18/CONTRATOS/CONV, passando a ter vigência de 09/11/18 a 09/11/19. Processo SEI nº49912/18-48. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 09/11/2018 a 09/11/2019. Valor Total: R\$15.959.474,00. Fonte: 8100000000 - 2018NE800524. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 153045-15224-2018NE800016

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 153045**

Número do Contrato: 44/2017.  
Nº Processo: 16260/17-84.  
PREGÃO SRP Nº 49/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -CNPJ Contratado: 18261811000101. Contratado: SAMIR CAVALCANTE AUR -Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada, (Cf.Memorando nº32/2018/SERSO/DAN/CRU/PRAE/REITORIA e Memorando nº1227/2018/CONTRATOS/CONV, passando a ter vigência de 09/11/18 a 09/11/19. Processo SEI nº49282/18-10. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 09/11/2018 a 09/11/2019. Valor Total: R\$1.828.551,63. Fonte: 1000000000 - 2018NE800206. Data de Assinatura: 01/10/2018.

(SICON - 02/10/2018) 153045-15224-2018NE800016

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 25/2018**

A Universidade Federal do Ceará torna público o resultado do Pregão Eletrônico 25/2018. Sagraram-se vencedoras as empresas H. P. DE VASCONCELOS, CNPJ: 17.326.872/0001-47 nos itens 5, 6, 7, 8, 9, 14, 17, 28, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 43 e 76 com o valor total de R\$ 26.426,72 (vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos); NEO MED MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 23.119.087/0001-16, no item 74, com o valor total de R\$ 3.180,54 (três mil, cento e oitenta reais e cinquenta e quatro centavos); DENTAL HIGHX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARE, CNPJ:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



## EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenio de estágio supervisionado para aprofundar conhecimentos e desenvolver habilidades significativas para a formação profissional aos alunos matriculados nos cursos de graduação firmado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e as empresas:

CONVENIADO	CNPJ	VIGÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BATURITÉ	07.387.343/0001-08	30/09/2019 A 30/09/2024
MUNICÍPIO DE TIANGUÁ	07.735.178/0001-20	27/09/2019 a 27/09/2024
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL	07.818.313/0001-09	19/09/2019 a 19/09/2024.
ASSOCIAÇÃO JÚNIOR ACHIEVEMENTO DO CEARÁ	07.772.037/0001-15	24/09/2019 a 24/09/2024
IN LOCO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO SA	17.399.938/0001-23	27/09/2019 a 27/09/2024
PROEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	10.518.694/0001-07	24/09/2019 a 24/09/2024
GT ENGENHARIA LTDA	03.951.247/0001-81	26/09/2019 a 26/09/2024
CERTARE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	14.582.607/0001-31	24/09/2019 a 24/09/2024
ENAUT SOLAR ENGENHARIA DE INSTALAÇÕES LTDA	33.793.974/0001-29	04/09/2019 a 04/09/2024
EUSÉBIO ESCOLA DE IDIOMAS LTDA-ME	08.415.527/0001-99	19/09/2019 A 19/09/2024

## EXTRATO DE CONVENIO

Acordo de estágio entre UFC- Universidade Federal do Ceará-Brasil e Universidade Vita-Salute San Raffaele(UniSR)-Itália. A UniSR compromete-se a aceitar a aluna Mariana Saraiva Bezerra Alves inscrita no 5º ano de Medicina por um período de estágio, referido como atividade, no campo de otorinolaringologia. Validade: 01/10/2019 a 31/10/2019. SIGNATÁRIOS: Pela UFC, Henry de Holanda Campos(Reitor da UFC); pela UniSR: Anna Flávia d'Amelio Einaudi(Diretora Geral), Mariana Saraiva Bezerra Alves(estudante).

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2018 que entre si firmaram a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E A EMPRESA WEGH ASSESSORIA E LOGÍSTICA INTERNACIONAL LTDA. Objeto- A vigência do contrato original fica prorrogada (Conforme solicitação contida no Ofício 521/2019/DM\_CAP/CAP\_PROPLAD/REITORIA (1018607), E OFÍCIO 1451/2019/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA (1020006)), passando a ter vigência de 02.10.2019 a 02.10.2020. Exceto as Cláusulas alteradas por este Temo Aditivo, as demais condições do contrato original permanecem inalteradas e em vigor. Processo 23067.059166/2019-81. SIGNATÁRIOS: Prof. Almir Bittencourt da Silva e Maria Aparecida Linhares (Representante Legal da CONTRATADA).

## PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 153045

Número do Contrato: 43/2017.

Nº Processo: 16310/17-23.

PREGÃO SRP Nº 49/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ -CNPJ Contratado: 04228626000100. Contratado : ISM GOMES DE MATTOS EIRELI -Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada (Cf. solicitação contida no Ofício 103/2019/CRU/PRAE/REITORIA e Ofício 1280/2019/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA), passando a ter vigência de 10/11/2019 a 10/11/2020. Processo SEI nº 53660/2019-32. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: 10/11/2019 a 10/11/2020. Valor Total: R\$16.605.175,36. Fonte: 8108000000 - 2019NE800788. Data de Assinatura: 02/10/2019.

(SICON - 03/10/2019) 153045-15224-2019NE800003

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2019 - UASG 153045

Número do Contrato: 27/2016.

Nº Processo: 4899/16-36.

PREGÃO SISPP Nº 18/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ -CNPJ Contratado: 11169492000160. Contratado : DANIELLE PONTES CONDICIONAMENTO -FISICO LTDA. Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada (Cf. solicitação contida Ofício 33/2019/DIPPC/COQVT/PROGEP/REITORIA e Ofício 1289/2019/DGCAC\_CAC/CCONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA), passando a ter vigência de 20/11/2019 a 20/11/2020. Processo SEI nº 50869/19-44. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e 10.520/02. Vigência: 20/11/2019 a 20/11/2020. Valor Total: R\$28.150,44. Fonte: 8100000000 - 2019NE800008. Data de Assinatura: 01/10/2019.

(SICON - 03/10/2019) 153045-15224-2019NE800003

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2019 - UASG 153045

Nº Processo: 007996/2019-23. Objeto: A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de instalações elétricas com classe de tensão até 15 kV nos Campi da Universidade Federal do Ceará - Capital e Interior, conforme quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento e nos seus anexos. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 04/10/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Rua Paulino Nogueira, 315, Bloco li, Térreo, Benfica - Fortaleza/CE ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153045-5-00048-2019. Entrega das Propostas: a partir de 04/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/10/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais:

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-Reitor

(SIASGnet - 03/10/2019) 153045-15224-2019NE800003

SUPERINTENDÊNCIA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DA UFC  
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTÍDIO

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

TEX ESPÉCIE: A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ Representada pelo Prof. Dr. José Luciano Bezerra Moreira, nos termos do que dispõe a Lei 10.520/2002; Dec.5450/2005; Dec. 7892/2013; Lei 8.666/93, resolvem registrar preços para aquisições Insumos diversos, Produtos para saúde para atender as necessidades dos HU'S/UFC, conforme relação abaixo. A descrição detalhada, obrigações assumidas, normas e instruções constam do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2019 e seus respectivos anexos, processo nº 23533.000848/2018-53.

Vigência: 26/09/2019 a 26/09/2020. DATA DA ASSINATURA: 26/09/2019.

Empresa: METHABIO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. CNPJ: 08.766.992/0001-74- ARP Nº 314/2019 - (item/Quant/Vr. Unit;22/13841/16,14);

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

TEX ESPÉCIE: A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ Representada pelo Prof. Dr. José Luciano Bezerra Moreira, nos termos do que dispõe a Lei 10.520/2002; Dec.5450/2005; Dec. 7892/2013; Lei 8.666/93, resolve registrar preços para aquisições de acessórios para manutenção de aparelhos de refrigeração e ar condicionado para atender as necessidades

dos HU'S/UFC, conforme relação abaixo. A descrição detalhada, obrigações assumidas, normas e instruções constam do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 07/2019 e seus respectivos anexos, processo nº 23533.010389/2019-05. Vigência: 24/09/2019 a 24/09/2020. DATA DA ASSINATURA:24/09/2019. Empresa: CHRISTIANE SOARES SANTOS DO NASCIMENTO. CNPJ: 29.307.671/0001-81- ARP Nº 348/2019 - (item/Quant/Vr. Unit; 11/45/12,90; 14/810/3,48).

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

TEX ESPÉCIE: A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ Representada pelo Prof. Dr. José Luciano Bezerra Moreira, nos termos do que dispõe a Lei 10.520/2002; Dec.5450/2005; Dec. 7892/2013; Lei 8.666/93, resolve registrar preços para aquisições de materiais de expediente para atender as necessidades dos HU'S/UFC, conforme relação abaixo. A descrição detalhada, obrigações assumidas, normas e instruções constam do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 98/2018 e seus respectivos anexos, processo nº 23533.000411/2018-10. Vigência: 10/09/2019 a 10/09/2020. DATA DA ASSINATURA: 10/09/2019.

Empresa: DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA, CNPJ: 07.245.458/0001-50- ARP Nº 276/2019 - (item/Quant/Vr. Unit; 53/16310/1,09; 113/32000/0,82; 188/320/0,73; 230/40/1,92);

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO Nº 15/2019

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 23068023994201971. Objeto: Pregão Eletrônico - Formação de Registro de preços para aquisição de RAÇÃO PARA ANIMAIS DE LABORATÓRIO - ROEDORES (ratos, camundongos e hamster), para atender as demandas do Biotério Central/CCS/UFES e para os demais setores da universidade que utilizam do material para criação/manutenção de animais de laboratório (ratos e camundongos), durante o ano de 2019-2020.

TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO  
Ordenadora de Despesas

(SIDECE - 03/10/2019) 153046-15225-2019NE800015

## CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ENGENHARIAS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2019 - UASG 153050

Número do Contrato: 1/2016.

Nº Processo: 23068002115201625.

PREGÃO SISPP Nº 16/2016. Contratante: COORDENACAO ADMINISTRATIVA DO SUL-DO ESPÍRITO SANTO - C. CNPJ Contratado: 17232997000108. Contratado : EASYTECH SERVICOS TECNICOS LTDA -Objeto: Supressão de 30% (trinta por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes. Fundamento Legal: lei 8.66/93. Vigência: 16/09/2019 a 09/12/2019. Valor Total: R\$172.200,00. Fonte: 8100000000 - 2019NE800008. Data de Assinatura: 16/09/2019.

(SICON - 03/10/2019) 153050-15225-2019NE800271

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2019/2019 - UASG 153050

Nº Processo: 060284/2019-22. Objeto: Aquisição de medicamentos da linha humana e animal, para atender as demandas da CASES/UFES para o ano de 2019, conforme condições, quantidades, especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, na modalidade de compra Pregão Eletrônico e julgamento por Menor Preço.. Total de Itens Licitados: 40. Edital: 04/10/2019 das 08h00 às 11h00 e das 12h00 às 16h00. Endereço: Alto Universitário, S/n - Cx. Postal 16, Guararema - Alegre/ES ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/153050-5-02019-2019. Entrega das Propostas: a partir de 04/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/10/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

GUILHERME FOSSI NASCIMENTO  
Pregoeiro

(SIASGnet - 03/10/2019) 153050-15225-2019NE800001

## HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO DE MORAES

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2019 - UASG 153047

Número do Contrato: 69/2015.

Nº Processo: 23068300194201563.

PREGÃO SISPP Nº 77/2015. Contratante: HOSPITAL UNIVERSITARIO CASSIANO -ANTONIO MORAES. CNPJ Contratado: 17027806000176. Contratado : CONSERVO SERVICOS GERAIS LTDA -Objeto: Prorrogação do contrato 69/2015 pelo período de (dois) meses. Fundamento Legal: 8666/93. Vigência: 12/09/2019 a 11/11/2019. Valor Total: R\$670.047,68. Fonte: 6153000300 - 2019NE800228. Data de Assinatura: 10/09/2019.

(SICON - 03/10/2019) 153047-15225-2019NE800218

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 99/2019

Declaro vencedora a empresa: 12.585.431/0001-46 - RANGE MED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALA (Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16) - Grupo 1.

FABRICIO CESAR VIEIRA DE OLIVEIRA  
Pregoeiro

(SIDECE - 03/10/2019) 153047-15225-2019NE800218



conformidade com art. 7º - A, §§ da Lei 11.598/07, foram imputados aos sócios a responsabilidade pelo pagamento da multa no valor de R\$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), cujo montante atualizado equivale a R\$ 470,12 (quatrocentos e setenta reais e doze centavos) referente ao valor total de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), do produto não entregue referente a nota de empenho nº 201NE801942, Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2015, referente ao processo de penalidade 23087.012017/2015-97, uma vez que os referidos sócios se encontram em lugar incerto e não sabido e sem possibilidade de entrega de correspondência. Abra-se o prazo de interposição de recurso, a ser enviado exclusivamente por via postal ou protocolado nesta Instituição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após esta publicação. Por oportuno, informo que os autos do presente Processo Administrativo estão à disposição para vista do interessado na DAA/Seção de Legislações e Editais desta Universidade (Prédio O, Sala 413 - F), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para interposição do recurso.

ANÉZIO EUGÊNIO DE FARIA JÚNIOR  
Pró Reitor de Administração e Finanças Em Exercício

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 9.526/2020**

Nº Processo: 23066.016699/2020-12. ÓRGÃO EXECUTOR: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. CNPJ: 15.180.714/0001-04. CONVENIENTE: DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA/CAPE. CNPJ:00.889.834/0001-08. Objetivando a execução do "CURSOS DE LICENCIATURA EM TEATRO E LICENCIATURA EM MATEMÁTICA, NO ÂMBITO DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)". Valor R\$833.600,00 (oitocentos e trinta e três mil e seiscentos reais). Fund. Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Portaria Conjunta MP/MF/CGU nº8, de 7 de novembro de 2012. Vigência: 17.06.2020 a 29/05/2024. Data de Assinatura: 17.06.2020.

**COORDENAÇÃO DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO DE SAÚDE**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 150247**

Número do Contrato: 12/2017.  
Nº Processo: 23066020418201721.  
PREGÃO SISPP Nº 92/2017. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -.CNPJ Contratado: 07335046000100. Contratado : JODETAN COMERCIO E SERVICOS LTDA -.Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato 12/2017 por mais 12 (doze) meses, pelo período de 01 de novembro de 2020 e 31 de outubro de 2021, resguardado o direito da contratada ao reajuste dos preços contratados, o qual será formalizado por meio de apostilamento em momento oportuno. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 01/11/2020 a 31/10/2021. Valor Total: R\$102.696,96. Fonte: 6153000000 - 2020NE802794. Data de Assinatura: 29/09/2020.

(SICON - 21/10/2020) 153038-15223-2020NE800214

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2020 - UASG 150247**

Número do Contrato: 20/2018.  
Nº Processo: 2306605077201893.  
DISPENSA Nº 25/2018. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -.CNPJ Contratado: 00402552000550. Contratado : COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA -NUCLEAR. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original por mais 12(doze)meses,pelo período de 17 de outubro de 2020 a 16 de outubro de 2021. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 17/10/2020 a 16/10/2021. Valor Total: R\$549.015,47. Fonte: 6153000100 - 2020NE802793. Data de Assinatura: 09/10/2020.

(SICON - 21/10/2020) 153038-15223-2020NE800214

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 150247**

Número do Contrato: 24/2018.  
Nº Processo: 23066072596201818.  
DISPENSA Nº 34/2018. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA -.CNPJ Contratado: 14645162000191. Contratado : FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA E A -EXTENSAO. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato Original, que tem como objetivo apoio da FAPEX ao projeto "Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Apoio ao Programa Mais Médicos para o Brasil Universidade Aberta do SUS", até 18/07/2021. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 08/12/2020 a 18/07/2021. Data de Assinatura: 09/10/2020.

(SICON - 21/10/2020) 153038-15223-2020NE800214

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2020 - UASG 158301**

Número do Contrato: 24/2014.  
Nº Processo: 23096208627201828.  
DISPENSA Nº 6/2014. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA -GRANDE. CPF Contratado: 00948772468. Contratado : ANTONIO GOMES DE SOUTO -.Objeto: Locação residencial de um imóvel situado à Francisco Bezerra, nº 638, Centro, Pombal/PB, destinado ao funcionamento da Residência Universitária Masculina do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e suas alterações .Vigência: 12/10/2020 a 12/10/2021. Valor Total: R\$16.968,00. Fonte: 100000000 - 2020NE800004. Data de Assinatura: 06/10/2020.

(SICON - 21/10/2020) 158301-15281-2020NE000008

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**RESULTADO DE JULGAMENTO**  
**PREGÃO Nº 4/2020**

O Centro de Educação e Saúde, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o Resultado do Pregão 04/2020. Wilton da Costa Santos( CNPJ nº 09.319.988/0001-20), itens 1, 2, 3, 5, 14, 17, 18, 19,35, 36, 42, 51, 62, 65 e 70; Comercial Vanguardia Eireli ( CNPJ nº 10.942.831/0001-36), itens 4, 21, 22, 23, 24, 25, 40, 52, 54, 55, 57, 63 e 64; Lukauto - Comercio de pneumaticos e peças Ltda ( CNPJ nº 13.545.473/0001-16), itens 44 e 46; Zenith Distribuidora e serviços Ltda ( CNPJ nº 26.112.972/0001-61)item 20; Sul.Com Atacado e Varejo Ltda (CNPJ nº26.469.541/0001-57), itens 8, 12, 13, 16, 26, 27, 28, 29,30, 31, 32, 33, 34, 37, 38 e 39; Z Comercio de Aço e Ferramentas Ltda ( CNPJ nº 29.805.880/0001-55), itens 43, 45, 47, 48, 49 e 50; Itens Cancelados no Julgamento: 6, 7, 9, 10, 11, 41, 53, 56, 58, 59, 60, 61, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74 e 75; Itens Desertos: 15, 76, 77, 78, 79 e 80.

Cuité, 21 de Outubro de 2020  
THIAGO AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA  
Pregoeiro Substituto

(SIDECA - 21/10/2020) 150154-15281-2020NE000148

**CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL**

**RESULTADO DE JULGAMENTO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2020**

O CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico nº05/2020, que tem como objeto,AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, FARMACOLÓGICO E ODONTOLÓGICO. Que a empresa: ODONTO TCHE - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA,CNPJ Nº00.174.282/0001-43, foi a ganhadora dos itens03, 22, 25, 36, 50, 51, 52, 53, 146, 155, 157, 166, 173 e 197, no valor de:R\$176.396,71(CENTO E SETENTA E SEIS MIL E TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS); QUE A EMPRESA: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ Nº 06.175.908/0001-12, foi a ganhadora dos itens 33, 39, 40, 93, 95, 96, 103, 116, 120, 151, 156, 159, 162, 184 e 192, n valor de: R\$ 58.717,37 (CINQUENTA E OITO MIL E SETECENTOS E DEZESSETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS); que a empresa: J.PINHEIRO-MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ Nº 07.010.532/0001-59, foi a ganhadora do item90, no valor de: R\$ 52.374,40(CINQUENTA E DOIS MIL E TREZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS); que a empresa: PROC9 INDUSTRIA QUIMICA EIRELI, CNPJ Nº 07.944.100/0001-15, foi a ganhadora dos itens 67, 68 e 106, no valor de: R\$ 11.169,65(ONZE MIL E CENTO E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS); que a empresa: DENTAL SUL PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI, CNPJ Nº 10.600.372/0001-02, foi a ganhadora dos itens 02, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 38, 49, 54, 59, 60, 81, 98, 100, 102, 115 e 161, no valor de: R\$ 188.725,24 (CENTO E OITENTA E OITO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS); que a empresa: FRANTINS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ Nº 10.708.841/0001-01, foi a ganhadora dos itens169, 170, 171, 174 e 175, no valor de: R\$ 11.147,18(ONZE MIL E CENTO E QUARENTA E SETE REAIS E DEZOITO CENTAVOS); que a empresa: FARMA TOP MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ Nº 14.080.830/0001-80, foi a ganhadora dos itens 14 e 74, no valor de: R\$ 12.290,60(DOZE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS); que a empresa: MEDIAL SAUDE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALAR LTDA, CNPJ Nº 23.993.232/0001-93, foi a ganhadora dos itens129, 130, 131 e 132, no valor de: R\$ 132.080,80(CENTO E TRINTA E DOIS MIL E OITENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS); que a empresa: DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ Nº 26.240.632/0001-16, foi a ganhadora dos itens29, 31, 44, 89, 94, 101, 112 e 191, no valor de: R\$ 184.128,64(CENTO E OITENTA E QUATRO MIL E CENTO E VINTE E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS); que a empresa: DENTAL UNIVERSO EIRELI, CNPJ Nº 26.395.502/0001-52, foi a ganhadora dos itens 45 e 76, no valor de: R\$ 35.024,14 (TRINTA E CINCO MIL E VINTE E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS); que a empresa: 3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 29.043.834/0001-66, foi a ganhadora do item 47, no valor de: R\$ 85.437,30 (OITENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E TRINTA CENTAVOS); que a empresa: ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, CNPJ Nº 30.082.076/0001-74, foi a ganhadora dos itens 04, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 75, 79, 80, 104, 105, 107, 109, 118, 126, 148, 149, 150, 160, 164, 167, 179, 180, 181, 182, 183, 196 e 198, no valor de: R\$ 112.663,96(CENTO E DOZE MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS); que a empresa: CM EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS EIRELI, CNPJ Nº 32.612.587/0001-86, foi a ganhadora do item 71, no valor de: R\$ 194.274,00(CENTO E NOVENTA E QUATRO MIL E DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS); que a empresa: HMGK COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 36.193.120/0001-08, foi a ganhadora do item186, no valor de: R\$ 11.730,00 (ONZE MIL E SETECENTOS E TRINTA REAIS); que a empresa: A. M. MOLITERNO EIRELI, CNPJ Nº 67.403.154/0001-03, foi a ganhadora dos itens 01, 77, 78, 82, 83, 84, 92, 97, 99, 110, 111, 113, 152, 153, 154, 158, 165, 176, 177 e 178, no valor de: R\$ 147.380,60(CENTO E QUARENTA E SETE MIL E TREZENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS); que a empresa: DGA DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ Nº 68.905.074/0001-00, foi a ganhadora do item88, no valor de: R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS). Totalizando no valor global da Ata de R\$ 1.431.540,59(UM MILHÃO E QUATROCENTOS E TRINTA E UM MIL E QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS). A Ata de julgamento, na íntegra, encontra-se no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)). (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.23096.014752/2020-93)

DAMIÃO AUGUSTO DE MEDEIROS  
Pregoeiro

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 153045**

Número do Contrato: 43/2017.  
Nº Processo: 16310/17-23.  
PREGÃO SRP Nº 49/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA -.CNPJ Contratado: 04228626000100. Contratado : ISM GOMES DE MATTOS EIRELI -.Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada por doze meses. (Cf. solicitação contida no Ofício 110/2020/CRU/PRAE/REITORIA. Passando a ter vigência de 11/11/2020 a 11/11/2021. Processo SEI 34238/20-11. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e 10520/02 . Vigência: 11/11/2020 a 11/11/2021. Valor Total: R\$17.148.971,38. Fonte: 8100000000 - 2020NE800191. Data de Assinatura: 19/10/2020.

(SICON - 21/10/2020) 153045-15224-2020NE800046

**AVISO DE ALTERAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2020**

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 20/10/2020 foi alterado. Objeto: Contratação de obra de reforma para adequações de acessibilidade em edificações e entorno das edificações do Campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza - CE Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 22/10/2020 das 08h00 às 11h00 e de13h00 às 16h00. Endereço: Av. Mister Hull, S/n Campus Universitário do Pici/ufc - Bloco 301 Pici - FORTALEZA - CE. . Entrega das Propostas: 09/11/2020 às 14h00.

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-Reitor

(SIDECA - 21/10/2020) 153045-15224-2020NE800003

**RESULTADO DE JULGAMENTO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2020**

A Comissão Permanente de Licitação-UFCINFRA/UFCinforma resultado do certame licitatório modalidade Tomada de Preços nº 09/2020 após julgamento do recurso. A Comissão decide IMPROCEDENTE o recurso da empresa Helfer Projetos e Construções, permanecendo desclassificada. Empresas classificadas: 1ª Colocada: CONSTRUTORA MENDES CARNEIRO LTDA - R\$ 56.106,96; 2ª Colocada: FERRARA CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 59.484,44 e 3ª Colocada: MORETTO MÁQUINAS E CONST LTDA-R\$ 59.822,84.

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
Pró-Reitor

(SIDECA - 21/10/2020) 153045-15224-2020NE800003





UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
Av. da Universidade, 2853, - Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP 60020-181  
Telefone: 853366-7361 e Fax: @fax\_unidade@ - http://ufc.br/

## TERMO ADITIVO

Processo nº 23067.036183/2021-65

**PROCESSO nº 23067.036183/2021-65**

**Contrato nº 43/2017**

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMARAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E A EMPRESA ISM GOMES DE MATTOS EIRELI.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC**, com CNPJ/MF de nº 07.272.636/0001/31, situada à Avenida da Universidade, 2853, bairro de Benfica, nesta Cidade de Fortaleza-Ce, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Reitor, Prof. JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE, portador do CPF nº 078.883.173-91, abaixo assinado, e de outro lado, a **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**, CNPJ nº 04.228.626/0001-00, CNPJ/MF nº 04.228.626/0001-00, estabelecida nesta Capital, na Rua Major Ladislau Lourenço, nº 11, Bairro Jangurussu, Fortaleza-CE, CEP: 60.870-760, designada CONTRATADA, neste ato representada por seu Representante Legal abaixo signatário, resolvem firmar o presente aditivo ao contrato para a *objeto o fornecimento de refeições prontas - desjejum, almoço e jantar para a comunidade Universitária da Universidade Federal do Ceará nos Campi de Fortaleza, e Quixadá*, na forma e termos licitados no Pregão Eletrônico nº 49/2016, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações e mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas

### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO

A vigência do contrato original fica prorrogada por **6 (seis) meses** (Cf. OFÍCIO 58/2021/CRU/PRAE/REITORIA (2180213) e OFÍCIO 1885/2021/DGCAC\_CAC/CONV\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA), passando a ter vigência de **12 de Novembro de 2021 a 12 de Maio de 2022** ou até o término do Processo licitatório nº **23067.039881/2021-12**).

### PARÁGRAFO ÚNICO.

Registra-se que o valor do contrato prorrogado é **R\$ 8.944.138,63** (oito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil cento e trinta e oito reais e sessenta e três centavos) conforme DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2307430).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste instrumento, ocorrem à conta do Projeto/Atividade nº. 169573, Elemento de Despesa 339039, Fonte 8100000000. Dessa forma, declara-se que há dotação orçamentária suficiente para a cobertura da parcela da despesa que se pretende realizar no exercício



financeiro corrente, no valor de **R\$ 1.956.275,07** (um milhão novecentos e cinquenta e seis mil duzentos e setenta e cinco reais e sete centavos) e que o restante da despesa será consignado na Proposta Orçamentária para 2022, conforme objeto, valor e rubricas orçamentárias, conforme DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2307430).

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato original a este aditivo não se contraponham permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, assinam este Aditivo.

### CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Este Aditivo será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União.

Prof. ALMIR BITTENCOURT DA SILVA

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Idalina Sampaio Muniz Gomes de Mattos, Usuário Externo**, em 14/10/2021, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALMIR BITTENCOURT DA SILVA, Pró-Reitor de Planejamento e Administração**, em 14/10/2021, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2400627** e o código CRC **653EE417**.

## ANEXO III AO EDITAL Nº 1/2021

## CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

## REQUISITOS ESPECÍFICOS E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES
Administrador	Curso de Graduação em Administração, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Planejar e organizar os serviços técnico-administrativos, e a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros. Propor princípios e normas, colaborar na produtividade, eficiência e eficácia dos serviços da unidade.
Analista de Tecnologia da Informação	Curso de Graduação na área de Tecnologia da Informação, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Desenvolver e implantar sistemas informatizados, dimensionando requisitos e funcionalidades do sistema, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas e codificando aplicativos. Administrar ambientes informatizados. Prestar treinamento e suporte técnico ao usuário. Elaborar documentação técnica. Estabelecer padrões, coordenar projetos e oferecer soluções para ambientes informatizados. Pesquisar tecnologias em informática. Assessorar atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Arquivista	Curso de Graduação em Arquivologia, reconhecido pelo MEC, e registro na Delegacia Regional do Trabalho.	Planejar, organizar e dirigir os serviços de arquivo e acompanhar o processo documental e informativo.
Assistente Social	Curso de Graduação em Serviço Social, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Prestar serviços sociais, orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação. Planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras). Desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Auditor	Curso de Graduação em Economia, Direito ou Ciências Contábeis, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Realizar auditoria; acompanhar as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de pessoal. Emitir pareceres e elaborar relatórios. Assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Bibliotecário / Documentalista	Curso de Graduação em Biblioteconomia, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Conceituar e conhecer princípios, processos e técnicas que permitem analisar e desenvolver soluções para os problemas unitários ou sistêmicos na área de biblioteconomia, informação documental, administração e marketing, possibilitando a formulação da política, do planejamento, implantação e controle dos serviços de Bibliotecas, Centros de Documentação e outros órgãos assemelhados.
Engenheiro / Civil	Curso de Graduação em Engenharia Civil, reconhecido pelo MEC, e registro no Conselho profissional.	Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativos a rodovias, portos, aeroportos, vias férreas, sistema de água e esgoto e outros, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos.
Farmacêutico	Curso de Graduação em Farmácia, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Executar tarefas diversas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparados semelhantes e análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias primas e produtos acabados, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais e a outros propósitos.
Geólogo	Curso de Graduação em Geologia, reconhecido pelo MEC, e registro no respectivo Conselho profissional.	Realizar investigações sobre a constituição, estrutura e história da crosta terrestre, por meio de estudos e experiências no campo das ciências geológicas, auxiliando e incrementando a exploração mineira, engenharia civil e outras.
Médico /Psiquiatria	Curso de Graduação em Medicina, reconhecido pelo MEC, e Residência Médica em Psiquiatria. Registro no respectivo Conselho profissional.	Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, realizar outras formas de tratamento, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, de acordo com a especialidade.
Nutricionista	Curso de Graduação em Nutrição, reconhecido pelo MEC, e Registro no respectivo Conselho profissional.	Planejar, coordenar e supervisionar serviços de nutrição, analisando carências alimentares e o conveniente aproveitamento dos recursos dietéticos, controlando a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos.
Pedagogo/Área	Curso de Graduação em Pedagogia, reconhecido pelo MEC.	Realizar pesquisas de natureza técnico-pedagógica relacionadas com legislação, organização e funcionamento de sistemas de ensino, processos de aprendizagem, administração escolar, métodos e técnicas empregadas.
Produtor Cultural	Curso de Graduação em Comunicação Social, reconhecido pelo MEC.	Atividades de execução qualificada, sob supervisão superior, de trabalhos relacionados com programações culturais e promoção de eventos.
Técnico em Assuntos Educacionais	Curso de Graduação em Pedagogia ou outras Licenciaturas, reconhecido pelo MEC.	Coordenar as atividades de ensino, planejamento, orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.
Assistente em Administração	Ensino Médio completo ou profissionalizante, concluído em instituição credenciada pelo Ministério da Educação.	Planejar, orientar e executar atividades pertinentes à Administração em seus vários segmentos, dando suporte administrativo e técnico à chefia da unidade e promovendo contato com os diversos setores da entidade e terceiros.
Técnico de Laboratório /Área	Ensino Médio Profissionalizante na área ou Ensino Médio completo + curso Técnico na área, concluído em instituição credenciada pelo MEC.	Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de especialidade, realizando ou orientando coleta, análise e registros de materiais e substâncias, utilizando métodos específicos.
Técnico de Tecnologia da Informação	Ensino Médio Profissionalizante na área ou Ensino Médio completo + curso Técnico na área com ênfase em sistemas computacionais, concluído em instituição credenciada pelo MEC.	Operar computadores, elaborar, testar implantar e documentar programas sob orientação do analista, executar atividades técnicas especializadas de manutenção e de rede de computadores.

## PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2021 - UASG 153045 - UFC

Número do Contrato: 43/2017.  
 Nº Processo: 23067.016310/2017-23.  
 Pregão. Nº 49/2016. Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Contratado: 04.228.626/0001-00 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELL. Objeto: A vigência do contrato original fica prorrogada por 6 (seis) meses (cf. Ofício 58/2021/cru/prae/reitoria (2180213) e ofício 1885/2021/dgca/cac/conv\_proplad/proplad/reitoria), passando a ter vigência de 12 de novembro de 2021 a 12 de maio de 2022 ou até o término do processo licitatório nº 23067.039881/2021-12). Processo sei 36183/2021-65.. Vigência: 12/11/2021 a 12/05/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 8.944.138,63. Data de Assinatura: 14/10/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 14/10/2021).

## RETIFICAÇÃO

NO EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 00003/2021  
 Publicado no D.O de 2021-06-29, Seção 3. Onde se lê: Valor Total: R\$ 773.993,66. Leia-se: Valor Total: R\$ 480.000,05.

(COMPRASNET 4.0 - 15/10/2021).

## EXTRATO DE TERMO APOSTILAMENTO

Processo 44296/2021-34 - 1º Termo de Apostilamento de reajuste ao Contrato nº 30/2019, celebrado entre esta Universidade e a Empresa Iracema Empreendimentos Turísticos Ltda, cnpj nº 01.435.103/0001-47. O percentual do reajuste sobre o valor global atualizado do contrato é de 37,039140%. Dessa forma, o valor do reajuste proposto é de R\$ 177.682,48 (cento e setenta e sete mil seiscientos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos). Assim, o valor global do contrato passará a ser de R\$ 657.682,48 (seiscentos e cinquenta e sete mil seiscientos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos). Reajuste calculado com base no igpm acumulado de junho/2020 a maio/2021. Assim, os efeitos financeiros do reajuste retroagem à data base de 15 de junho de 2021..

(COMPRASNET 4.0 - 15/10/2021).'

AVISO DE LICITAÇÃO  
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2021 - UASG 153045

Nº Processo: 017187/2021-44. Objeto: A aquisição de materiais permanentes para uso/apoio nas atividades internas do Almoxarifado e Patrimônio, visando o atendimento de demandas dos diferentes setores administrativos e acadêmicos da UFC na capital e nos campi do interior do Estado do Ceará, conforme condições,

quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 19/10/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Rua Paulino Nogueira, 315, Bloco II, Térreo, Benfica - Fortaleza/CE ou <https://www.gov.br/compras/edital/153045-5-00038-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 19/10/2021 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 29/10/2021 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: .

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA  
 Pró Reitor de Planejamento e Administração

(SIASGnet - 15/10/2021) 153045-15224-2021NE800003

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

## RETIFICAÇÃO

Na Dispensa de Licitação Nº 56/2021 publicada no D.O.U de 15/10/2021, Seção 3, Pág. 82 , Onde se lê: Declaração de Dispensa em 14/10/2021. VANDRE DE CASTRO TOFFOLI. Diretor da Dpi. Retificação de Dispensa em 14/10/2021. TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO. Pró-reitora de Administração. Contratada: FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DETECNOLOGIA - FEST. Valor: R\$ 72.000,00. Leia-se: Declaração de Dispensa em 15/10/2021.VANDRE DE CASTRO TOFFOLI. Diretor de Projetos Institucionais. Retificação de Dispensa em 15/10/2021. TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO. Pró-reitora de Administração. Contratada: FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST. Valor: R\$ 140.006,00.

(SIDE - 15/10/2021) 153046-15225-2021NE800001

## CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E ENGENHARIAS

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 153050 - CASES/UFES

Número do Contrato: 1/2019.  
 Nº Processo: 23068.005512/2019-00.  
 Pregão. Nº 2008/2019. Contratante: UFES - COORDENACAO DE ADM. SUL ESPIRITO SANTO. Contratado: 12.073.525/0001-36 - AMBIENTAL COLETA DE RESIDUOS E SERVICOS LTDA. Objeto: Prorrogação da vigência contratual em 12 (doze) meses. Vigência: 25/10/2021 a 25/10/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 174.906,48.  
 Data de Assinatura: 17/09/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 17/09/2021).





Nossas apólices podem ser acessadas diretamente por um QR Code. A leitura do QR Code não dispensa a consulta da apólice na página da internet da Superintendência de Seguros Privados ([www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)) ou da Junto Seguros ([juntoseguros.com](http://juntoseguros.com)).

## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - Curitiba - PR

Data de Emissão: **26/10/2021 14:19:08**

Nº Apólice Seguro Garantia: **10-0775-0290626**

Apólice Referência: **10-0775-0204587**

Proposta: **3162216**

Controle Interno (Código Controle): **598512577**

Nº de Registro SUSEP: **05436.2017.0010.0775.0204587.000012**

### DADOS DO SEGURADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

CNPJ: 07.272.636/0001-31 AVENIDA DA UNIVERSIDADE N.º 2853 BAIRRO BENFICA - CEP: 60.020-181 - FORTALEZA - CE

### DADOS DO TOMADOR: I S M GOMES DE MATTOS EIRELI

CNPJ: 04.228.626/0001-00 - R MAJ LADISLAU LOURENCO 11 - FORTALEZA - CE

### DADOS DA CORRETORA:

000002.0.205171-6 EAV CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

  
ICP  
Brasil  
Assinado digitalmente por:  
**Gustavo Henrich**

  
ICP  
Brasil  
Assinado digitalmente por:  
**Roque Jr. de H. Melo**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 373F9099C4287073 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 5C9B8C02A51A09A4

Art. 1º - Fica instituída a Infra - Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br) da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguro. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep poderão ser consultadas no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). Este produto está protocolado através do Nº de Processo SUSEP 15414.900195/2014-17 e nº 15414.900196/2014-53.

Atendimento SUSEP: 0800 021 8484. Central de Atendimento Junto: 0800 704 0301. Ouvidoria Junto: 0800 643 0301.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626  
Proposta: 3162216  
Controle Interno (Código Controle): 598512577  
Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



## FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

### Garantia contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G)	Ramo
Executante Fornecedor	R\$ 268.324,16	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

**Descrição da Garantia:** Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Fornecedor	R\$ 268.324,16	12/11/2021	10/08/2022
Trabalhista e Previdenciária	R\$ 268.324,16	12/11/2021	10/08/2022

### Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Executante Fornecedor .....	R\$	802,77
Prêmio Líquido Trabalhista e Previdenciária .....	R\$	401,38
Adicional de Fracionamento .....	R\$	0,00
I.O.F .....	R\$	0,00
<b>Prêmio Total .....</b>	<b>R\$</b>	<b>1.204,15</b>

#### Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
1	25/11/2021	11441072	1.204,15

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica. O(s) valor(es) acima descrito(s), e(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626  
 Proposta: 3162216  
 Controle Interno (Código Controle): 598512577  
 Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Declara-se para os devidos fins e efeitos, que em virtude da solicitação do TOMADOR/SEGURADO, através do 4º Termo Aditivo firmado em 14/10/2021, correspondente ao Contrato nº 43/2017, oriundo do Processo nº 23067.036183/2021-65 - Pregão Eletrônico nº 49/2016, procedemos a emissão do presente ENDOSSO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, conforme segue:

PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogada a Apólice até 10/08/2022.

O presente Endosso faz parte integrante e inseparável da Apólice n.º 10-0775-0204587.

Ratificam-se os demais termos e condições da apólice não modificados pelo presente endosso.

\* \* \* \* \*



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



## CONDIÇÕES GERAIS

CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO

CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775

SEGURO GARANTIA – SEGURADO: SETOR PÚBLICO

### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurador, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

I – processos administrativos;

II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;

III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;

IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurador, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

### 2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurador.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.

2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

### 3. Aceitação:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxaço do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

#### 4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

## 6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

## 7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

## 8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados “pro rata temporis”, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. Sub-Rogação:



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

### 11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

### 12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

### 13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

### 14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

#### 15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	Prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	Prêmio
15/365	13%	195/365	73%
30/365	20%	210/365	75%
45/365	27%	225/365	78%
60/365	30%	240/365	80%
75/365	37%	255/365	83%
90/365	40%	270/365	85%
105/365	46%	285/365	88%
120/365	50%	300/365	90%
135/365	56%	315/365	93%
150/365	60%	330/365	95%
165/365	66%	345/365	98%
180/365	70%	365/365	100%

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



## 16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

**16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.**

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

## 17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

## 18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

## 19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

\* \* \* \* \* (A large block of asterisks representing a redacted area, with a faint watermark of the Juntos Seguros logo visible in the background.)



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



## CONDIÇÕES ESPECIAIS

### CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

#### SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

##### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento ou prestação de serviços.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

##### 2. Definições:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I- Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

##### 3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I – coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II – por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1., não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012

**junto**  
SEGUROS

3.2.1. Fica também estabelecido que a não renovação da cobertura deste seguro, independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

**4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.**

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;
- f) Diário de Obras, quando aplicável;
- g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;
- h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;
- i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.

4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012

**junto**  
SEGUROS

## 5. Disposições Gerais:

**5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.**

5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

5.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

## **CAPÍTULO III - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS COBERTURAS ADICIONAIS - RAMO 0775 - AÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS**

PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

### 1. Objeto:

1.1. Esta cobertura adicional tem por objeto garantir exclusivamente ao segurado, até o limite máximo de indenização, o pagamento dos prejuízos comprovadamente sofridos em relação às obrigações de natureza trabalhista e previdenciária de responsabilidade do tomador oriundas do contrato principal, nas quais haja condenação judicial do tomador ao pagamento e o segurado seja condenado subsidiariamente por sentença condenatória transitada em julgado, com o trânsito em julgado dos cálculos homologados ou ainda nas hipóteses de acordo entre as partes com prévia anuência da seguradora e consequente homologação do Poder Judiciário.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



1.2. No que diz respeito à subsidiariedade, a responsabilidade do segurado será referente à relação trabalhista e/ou previdenciária entre o autor/reclamante da demanda trabalhista e o tomador, oriundas do contrato principal objeto desta garantia, ocorridas dentro do período de vigência da apólice. Conseqüentemente, a responsabilidade da seguradora será relativa ao período de vigência da apólice e que o débito trabalhista seja decorrente unicamente do lapso temporal garantido.

## 2. Definições:

Definem-se, para efeito desta cobertura adicional:

2.1. Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento.

2.2. Autor/Reclamante: aquele que propõe na justiça trabalhista uma reclamatória e esta seja oriunda do contrato principal, firmado entre tomador e segurado, o qual é objeto da apólice em questão.

2.3. Limite Máximo de Indenização: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização, por cobertura contratada.

2.4. Obrigações Previdenciárias: são aquelas especificadas pelas Leis nº 8.212/91 e todas as suas alterações posteriores no que couber, bem como em leis esparsas, as quais dispõem sobre o recolhimento das contribuições devidas a cada categoria de empregado, observando-se as datas e percentuais.

2.5. Obrigações Trabalhistas: entende-se por obrigações trabalhistas as decorrentes do pagamento da contraprestação devida ao empregado pelo seu labor dispensado ao tomador, bem como de seus encargos, sendo a remuneração a que tem direito e todos seus reflexos, conforme determina a legislação em vigor.

2.6. Responsabilidade Subsidiária: é aquela que recai sobre garantias que somente são exigidas quando a principal é insuficiente, ou seja, inadimplente o real empregador - prestador de serviços, aqui denominado tomador, e esgotadas as tentativas de executá-lo, pode-se exigir do segurado o cumprimento das obrigações do réu/tomador, desde que o segurado tenha participado da relação processual e conste do título executivo judicial.

## 3. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

**3.1. Expectativa: quando o segurado receber citação(ões) judicial(ais) para apresentar defesa trabalhista e/ou previdenciária, cujo autor/reclamante reivindique crédito de natureza remuneratória ou direito de responsabilidade do tomador, deverá comunicar à seguradora, tão logo seja citado, enviando cópia(s) da(s) referida(s) citação(ões) e de todo(s) documento(s) juntado(s) aos autos tanto pelo autor/ reclamante como pelo réu/tomador.**

3.1.1. Caso ocorra o item 3.1. acima e reste pendente o trânsito em julgado da sentença, o segurado terá seus direitos preservados até decisão definitiva.

3.1.2. Estão cobertas por esta garantia somente as ações trabalhistas distribuídas na Justiça do Trabalho.





Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



### **3.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação do segurado à seguradora, quando transitada em julgado a ação.**

3.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- b) acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, se houver.
- c) guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) guias de recolhimento do INSS dos empregados que trabalharam nos serviços contratados;
- e) documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice;
- f) documento emitido pelo Juízo trabalhista atestando a data da distribuição do feito.

3.3. A Reclamação de Sinistros amparada pela presente cobertura poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos o art. 7º, inciso XXIX da Constituição da República, no que se refere ao Direito do Trabalho.

3.4. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro.

3.5. Caracterização: recebida a notificação, devidamente acompanhada dos documentos citados no item 3.2.1., a Seguradora deverá concluir o processo de regulação de sinistro e emitir o relatório final de regulação de sinistro.

### 4. Acordos:

**4.1. Nas hipóteses, e no momento, em que o segurado tenha intenção de realizar acordos nas ações judiciais cobertas por esta cobertura, o mesmo deverá enviar uma memória de cálculo simples das verbas pleiteadas pelo autor, juntamente com uma estimativa do valor a ser acordado.**

4.2. A seguradora, após receber os documentos constantes no item 4.1. e fizer sua análise da situação fático-jurídica, enviará ao segurado em até 20 (vinte) dias da data do recebimento, sua aceitação ao valor proposto, ou apresentará um valor máximo alternativo ou ainda, manifestar-se-á se enviará preposto para audiência, cuja data será devidamente comunicada pelo segurado em tempo hábil.

4.3. Acordos decorrentes das reclamatórias trabalhistas e/ou previdenciárias poderão ser realizados, desde que cumpridos os requisitos dos itens 4.1. e 4.2.

### 5. Indenização:

5.1. Caracterizado o sinistro na forma descrita no item 3.5., a seguradora indenizará o segurado, por meio de pagamento, até o limite máximo de indenização estabelecido na apólice.



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626

Proposta: 3162216

Controle Interno (Código Controle): 598512577

Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



## 6. Perda de Direito:

6.1. Além das perdas de direito descritas na Cláusula 11 das Condições Gerais, o segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – não cumprimento por parte do segurado das exigências descritas na Cláusula 3 desta Cobertura Adicional.

II – quando o segurado deixar de apresentar defesa ou perder prazo para interposição de recurso ou for considerado revel nos termos do artigo 844, parágrafo único da Consolidação de Leis do Trabalho ou confessar.

III – se o segurado firmar acordo sem a prévia anuência da seguradora ou este não for homologado pelo Poder Judiciário.

## 7. Disposições Gerais:

**7.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro garantia acima descrita, não assegurando: (i) honorários de qualquer espécie; (ii) danos acordados; (iii) danos ambientais; (iv) lucros cessantes; (v) dano moral; (vi) dano material; (vii) assédio moral ou sexual; (viii) acidente de trabalho; ou (ix) riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro.**

7.2. Em hipótese alguma este Seguro Garantia poderá ser usado pelo tomador para garanti-lo em juízo, ou ainda ser chamado em juízo, para fazer frente a prejuízos a terceiros ou para compelir a seguradora ao pagamento de qualquer valor diretamente ao Reclamante.

7.3. A inadimplência do Tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a Seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

7.4. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

7.5. A validade/cobertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que esta seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta apólice se for constatado que às ações Trabalhistas e ou Previdenciárias se enquadram nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

## 8. Ratificação:

8.1. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.

\* \* \* \* \*



Nº Apólice Seguro Garantia: 10-0775-0290626  
 Proposta: 3162216  
 Controle Interno (Código Controle): 598512577  
 Nº de Registro SUSEP: 05436.2017.0010.0775.0204587.000012



### CONDIÇÕES PARTICULARES

**Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, esta apólice não cobrirá quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes.**

**"No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente apólice/endorso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente apólice/endorso."**

**"Cabe ao tomador a conferência das condições e termos desta apólice e/ou endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto no presente documento."**

\* \* \* \* \*





Nº Apólice Seguro Garantia: **10-0775-0290626**  
Proposta: **3162216**  
Controle Interno (Código Controle): **598512577**  
Nº de Registro SUSEP: **05436.2017.0010.0775.0204587.000012**



### Devolução de Documento

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº **10-0775-0290626**

\_\_\_\_\_

Local e Data

\_\_\_\_\_

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Nome:

RG:

Cargo:

**Data e hora da consulta:** 19/11/2021 14:36

**Usuário:** \*\*\*.435.613-\*\*

Impressão Completa

**Nota de Empenho**
**UG Emitente**

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Moeda</b>
153045	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	REAL - (R\$)
<b>CNPJ</b>	<b>Endereço</b>	<b>CEP</b>
07.272.636/0001-31	AV. DA UNIVERSIDADE, 2853 - BENFICA	60020-181
<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Telefone</b>
FORTALEZA	CE	(085) 3366-7934/7372

<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Número</b>
2021	NE	801

**Célula Orçamentária**

<b>Esfera</b>	<b>PTRES</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>UGR</b>	<b>Plano Interno</b>
1	192832	0100000000	339039	152840	M0000G23C0N

<b>Data de Emissão</b>	<b>Tipo</b>	<b>Processo</b>	<b>Taxa de Câmbio</b>	<b>Valor</b>
15/10/2021	Estimativo	23067.011541/2016-60	0,0000	648.194,08

**Favorecido**

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>CEP</b>	
04.228.626/0001-00	ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	60870-760	
<b>Endereço</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Telefone</b>
MAJOR LADISLAU LOURENCO 11 JANGURUSSU	FORTALEZA	CE	

**Amparo Legal**

<b>Código</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
126	PREGAO	1	-	-	-
<b>Ato Normativo</b>	LEI 10.520 / 2002				

**Descrição**

SETOR: COOD. RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO / PROC. 23067.000250/2021-11 / B: 1793

**Local da Entrega**

COOD. RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

**Informação Complementar**

15304505000432017

**Sistema de Origem**

COMPRASNET-ME

<b>Versão</b>	<b>Data/Hora</b>	<b>Operação</b>
008	19/11/2021 13:01:28	Alteração

**Data e hora da consulta:** 19/11/2021 14:36

**Usuário:** \*\*\*.435.613-\*\*

Impressão Completa

**Nota de Empenho**
**Lista de Itens**

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	648.194,08

**Subelemento 41 - FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO**

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
001	Item compra: 00002 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	274.856,69

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15/10/2021	Inclusão	4.787,79590	7,8236	37.457,80
20/10/2021	Reforço	5.262,57733	7,8236	41.172,30
18/11/2021	Reforço	25.081,3679	7,8236	196.226,59
		1		

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
002	Item compra: 00003 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	241.930,70

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15/10/2021	Inclusão	1.678,97075	7,8348	13.154,40
20/10/2021	Reforço	1.883,84515	7,8348	14.759,55
18/11/2021	Reforço	27.316,1727	7,8348	214.016,75
		2		

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
003	Item compra: 00001 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES / LANCHES / SALGADOS / DOCES	131.406,69

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15/10/2021	Inclusão	1.610,31302	4,6291	7.454,30
20/10/2021	Reforço	1.820,35385	4,6291	8.426,60
18/11/2021	Reforço	24.956,4256	4,6291	115.525,79
		6		

**Assinaturas**
**Ordenador de Despesa**

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA

\*\*\*.472.003-\*\*

19/11/2021 13:01:28

**Gestor Financeiro**

KECIA MARIA MENDES

\*\*\*.534.593-\*\*

19/11/2021 12:07:08



RECEBEMOS DE ISM GOMES DE MATTOS EIRELI - MATRIZ OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.  
DESTINATÁRIO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 2853, BENFICA - FORTALEZA-CE  
EMIÇÃO: 06/12/2021, VALOR TOTAL R\$: 45.684,49

NF-e  
Nº 000.013.936  
SÉRIE 0

DATA DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



ISM GOMES DE MATTOS EIRELI -  
MATRIZ  
RUA MAJOR LADISLAU LOURENÇO - 1111  
JANGURUSSU  
FORTALEZA - CE  
CEP: 60870-760  
FONE: 8531110850

### DANFE

Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA  
1  
Nº 000.013.936  
SÉRIE 0  
FOLHA 1/2



CHAVE DE ACESSO

2321 1204 2286 2600 0100 5500 0000 0139 3610 2355 4012

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

NAT. OPERAÇÃO

Venda de produção do estabelecimento

DADOS DA NF-e

Prot.: 123210082460364 Data/Hora: 06/12/2021 10:17:44

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
063060574

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

04.228.626/0001-00

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

Universidade Federal do Ceara

CNPJ / CPF

07.272.636/0001-31

DATA DA EMISSÃO

06/12/2021

ENDEREÇO

Avenida Da Universidade, 2853 - Sem complemento

BAIRRO / DISTRITO

Benfica

CEP

60020-181

DATA DE SAÍDA / ENTRADA

06/12/2021

MUNICÍPIO

Fortaleza

FONE / FAX

UF

CE

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE SAÍDA

10:16:31

FATURA

#### CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BC. DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
9.390,62	1.690,33	0,00	0,00	45.684,49
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA
				45.684,49

#### TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	9 - Sem Frete				
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				0,00	0,00

#### DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. DO ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
384917	JANTAR SOBREMESA UFC BENFICA ALQ 0% 08.07	21069090	020	5101	Un	648,0000	0,3100	200,88	41,29	7,43	0,00	18	
384887	JANTAR BEBIDAS UFC BENFICA 21 .06	21069090	020	5101	Un	648,0000	0,3100	200,88	41,29	7,43	0,00	18	
384899	JANTAR PROTEINA UFC BENFICA A LQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	648,0000	4,9300	3.194,64	656,67	118,20	0,00	18	
384893	JANTAR GUARN UFC BENFICA ALQ 0% 11.02	11022000	020	5101	Un	648,0000	0,4700	304,56	62,60	11,27	0,00	18	
384911	JANTAR SALADA UFC BENFICA ALQ 0% 07.06	07061000	020	5101	Un	648,0000	0,7000	453,60	93,24	16,78	0,00	18	
384875	JANTAR ACOMP UFC BENFICA ALQ 0% 07.13	07133399	020	5101	Un	648,0000	0,8800	570,24	117,21	21,10	0,00	18	
384881	JANTAR UFC BENFICA OUTROS 21. 06	21069090	020	5101	Un	648,0000	0,2300	149,04	30,64	5,52	0,00	18	
385036	DESJEJUM LATICINIOS UFC BENFICA ALQ 0% 04.01	04011010	020	5101	Un	517,0000	1,1100	573,87	117,96	21,23	0,00	18	
385048	DESJEJUM FRUTAS UFC BENFICA A LQ 0% 08.00	08071100	020	5101	Un	517,0000	0,3700	191,29	39,32	7,08	0,00	18	
385025	DESJEJUM MASSAS ALIMENTÍCIAS UFC BENFICA ALQ 0% 19.02	19021900	020	5101	Un	517,0000	0,6500	336,05	69,08	12,43	0,00	18	
385030	DESJEJUM PROTEINA UFC BENFICA ALQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	517,0000	1,2000	620,40	127,53	22,96	0,00	18	
382836	DESJEJUM UFC BENFICA OUTROS 2 1.06	21069090	020	5101	Un	517,0000	0,7000	361,90	74,39	13,39	0,00	18	
385042	DESJEJUM PAES UFC BENFICA ALQ 0% 19.05	19059090	020	5101	Un	517,0000	0,6000	310,20	63,76	11,48	0,00	18	
383011	ALMOÇO UFC BENFICA OUTROS 21. 06	21069090	020	5101	Un	786,0000	0,2300	180,78	37,16	6,69	0,00	18	
383005	ALMOÇO BEBIDAS UFC BENFICA 21 .06	21069090	020	5101	Un	786,0000	0,3100	243,66	50,09	9,02	0,00	18	
382777	ALMOÇO SALADA UFC BENFICA ALQ 0% 07.06	07061000	020	5101	Un	786,0000	0,7100	558,06	114,71	20,65	0,00	18	

#### CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

#### DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  
FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (DESJEJUM, ALMOÇO E JANTAR) REFERENTE AO PERÍODO DE 12/11/2021 A 30/11/2021. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA CAMPUS DE FORTALEZA.  
BANCO BRADESCO AGENCIA:0454-5 C/C:60000-8 FAVORECIDO: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI.

RESERVADO AO FISCO



ISM GOMES DE MATTOS EIRELI -  
MATRIZ  
RUA MAJOR LADISLAU LOURENÇO - 11  
JANGURUSSU  
FORTALEZA - CE  
CEP: 60870-760  
FONE: 8531110850

### DANFE

Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA

1

Nº 000.013.936

SÉRIE 0  
FOLHA 2/2



CHAVE DE ACESSO

2321 1204 2286 2600 0100 5500 0000 0139 3610 2355 4012

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br ou no site da Sefaz Autorizadora

Ch:18008549

NAT. OPERAÇÃO

Venda de produção do estabelecimento

DADOS DA NF-e

Prot.: 123210082460364 Data/Hora: 06/12/2021 10:17:44

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
063060574

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

04.228.626/0001-00

#### DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇOS	NCM / SH	CST	CFOP	UNID	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. DO ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
382981	ALMOCO GUARN UFC BENFICA ALQ 0% 11.02	11022000	020	5101	Un	786,0000	0,4700	369,42	75,94	13,67	0,00	18	
411746	ALMOCO ACOMP UFC BENFICA ALIQ 0% 07.13	07133399	020	5101	Un	786,0000	0,8600	675,96	138,95	25,01	0,00	18	
382993	ALMOCO PROTEINA UFC BENFICA A LQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	786,0000	4,9300	3.874,98	796,51	143,37	0,00	18	
382999	ALMOCO SOBREMESA UFC BENFICA 21.06	21069090	020	5101	Un	786,0000	0,3100	243,66	50,09	9,02	0,00	18	
388206	DESJEIUM FRUTAS UFC PICT ALQ 0% 08.00	08071900	020	5101	Un	357,0000	0,3700	132,09	27,15	4,89	0,00	18	
388188	DESJEIUM UFC PICT OUTROS 21.06	21069090	020	5101	Un	357,0000	0,7000	249,90	51,37	9,25	0,00	18	
388218	DESJEIUM MASSAS ALIMENTICIAS UFC PICT ALQ 0% 19.02	19021900	020	5101	Un	357,0000	0,6500	232,05	47,70	8,59	0,00	18	
388212	DESJEIUM LATICINIOS UFC PICT ALQ 0% 04.01	04011010	020	5101	Un	357,0000	1,1100	396,27	81,45	14,66	0,00	18	
388221	DESJEIUM PAES UFC PICT ALQ 0% 19.05	19059090	020	5101	Un	357,0000	0,6000	214,20	44,03	7,93	0,00	18	
388227	DESJEIUM PROTEINA UFC PICT ALQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	357,0000	1,2000	428,40	88,06	15,85	0,00	18	
383066	ALMOCO SOBREMESA UFC PICT 21.06	21069090	020	5101	Un	712,0000	0,3100	220,72	45,37	8,17	0,00	18	
383030	ALMOCO UFC PICT OUTROS 21.06	21069090	020	5101	Un	712,0000	0,2400	170,88	35,12	6,32	0,00	18	
411734	ALMOCO ACOMP UFC PICT ALIQ 0% 07.13	07133399	020	5101	Un	712,0000	0,8600	612,32	125,86	22,65	0,00	18	
383042	ALMOCO GUARN UFC PICT ALQ 0% 11.02	11022000	020	5101	Un	712,0000	0,4700	334,64	68,79	12,38	0,00	18	
383048	ALMOCO PROTEINA UFC PICT ALQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	712,0000	4,9300	3.510,16	721,52	129,87	0,00	18	
383060	ALMOCO SALADA UFC PICT ALQ 0% 07.06	07061000	020	5101	Un	712,0000	0,7000	498,40	102,45	18,44	0,00	18	
383036	ALMOCO BEBIDAS UFC PICT 21.06	21069090	020	5101	Un	712,0000	0,3100	220,72	45,37	8,17	0,00	18	
384821	JANTAR UFC PICT OUTROS 21.06	21069090	020	5101	Un	553,0000	0,2500	138,25	28,42	5,12	0,00	18	
384942	JANTAR GUARN UFC PICT ALQ 0% 11.02	11022000	020	5101	Un	553,0000	0,4700	259,91	53,43	9,62	0,00	18	
384960	JANTAR SALADA UFC PICT ALQ 0% 07.06	07061000	020	5101	Un	553,0000	0,7000	387,10	79,57	14,32	0,00	18	
384936	JANTAR BEBIDAS UFC PICT 21.06	21069090	020	5101	Un	553,0000	0,3100	171,43	35,24	6,34	0,00	18	
384923	JANTAR ACOMP UFC PICT ALIQ 0% 07.13	07133399	020	5101	Un	553,0000	0,8600	475,58	97,76	17,60	0,00	18	
384966	JANTAR SOBREMESA UFC PICT ALQ 0% 08.07	21069090	020	5101	Un	553,0000	0,3100	171,43	35,24	6,34	0,00	18	
384948	JANTAR PROTEINA UFC PICT ALQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	553,0000	4,9300	2.726,29	560,40	100,87	0,00	18	
384839	ALMOCO BEBIDAS UFC PORANGABUS SU 21.06	21069090	020	5101	Un	2.624,0000	0,3100	813,44	167,21	30,10	0,00	18	
384833	ALMOCO UFC PORANGABUSSU OUTRO S 21.06	21069090	020	5101	Un	2.624,0000	0,2400	629,76	129,45	23,30	0,00	18	
384845	ALMOCO GUARN UFC PORANGABUSSU ALQ 0% 11.02	11022000	020	5101	Un	2.624,0000	0,4700	1.233,28	253,50	45,63	0,00	18	
411740	ALMOCO ACOMP UFC PORANGABUSSU ALIQ 0% 07.13	07133399	020	5101	Un	2.624,0000	0,8600	2.256,64	463,86	83,49	0,00	18	
384851	ALMOCO PROTEINA UFC PORANGABUSSU ALQ 0% 02	02012090	020	5101	Un	2.624,0000	4,9300	12.936,32	2.659,10	478,64	0,00	18	
384869	ALMOCO SOBREMESA UFC PORANGABUSSU 21.06	21069090	020	5101	Un	2.624,0000	0,3100	813,44	167,21	30,10	0,00	18	
384863	ALMOCO SALADA UFC PORANGABUSSU ALQ 0% 07.06	07061000	020	5101	Un	2.624,0000	0,7000	1.836,80	377,56	67,96	0,00	18	
	Romaneio do DESJEIUM UFC BENFICA				Un	517	4,6300	2.393,71					
	Romaneio do ALMOCO UFC PICT				Un	712	7,8200	5.567,84					
	Romaneio do JANTAR UFC BENFICA				Un	648	7,8300	5.073,84					
	Romaneio do ALMOCO UFC BENFICA				Un	786	7,8200	6.146,52					
	Romaneio do JANTAR UFC PICT				Un	553	7,8300	4.329,99					
	Romaneio do ALMOCO UFC PORANGABUSSU				Un	2624	7,8200	20.519,68					
	Romaneio do DESJEIUM UFC PICT				Un	357	4,6300	1.652,91					



Chave de Acesso	Número NF-e	Versão
23-2112-04.228.626/0001-00-55-000-000.013.936-102.355.401-2	13936	4.00

### Dados da NF-e

Modelo	Série	Número	Data de Emissão	Data/Hora de Saída ou da Entrada	Valor Total da Nota Fiscal
55	0	13936	06/12/2021 10:16:31-03:00	06/12/2021 10:16:31-03:00	45.684,49

### Emitente

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
04.228.626/0001-00	ISM GOMES DE MATTOS EIRELI - MATRIZ	063060574	CE

### Destinatário

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
07.272.636/0001-31	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA		CE
Destino da operação	Consumidor final	Presença do Comprador	
1 - Operação Interna	1 - Consumidor final	0 - Não se aplica	

### Emissão

Processo	Versão do Processo	Tipo de Emissão	Finalidade
0 - com aplicativo do Contribuinte	4.01	1 - Normal	1 - Normal
Natureza da Operação	Tipo da Operação	Forma de Pagamento	Digest Value da NF-e
VENDA DE PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO	1 - Saída		/mFR1stBhCivK1q3q+G9ecRJYwM=

### Situação Atual: AUTORIZADA (Ambiente de autorização: produção)

Eventos da NF-e	Protocolo	Data Autorização	Data Inclusão AN
Autorização de Uso	123210082460364	06/12/2021 às 10:17:38-03:00	06/12/2021 às 10:17:50





Chave de Acesso	Número NF-e	Versão
23-2112-04.228.626/0001-00-55-000-000.013.936-102.355.401-2	13936	4.00

### Dados da NF-e

Modelo	Série	Número	Data de Emissão	Data/Hora de Saída ou da Entrada	Valor Total da Nota Fiscal
55	0	13936	06/12/2021 10:16:31-03:00	06/12/2021 10:16:31-03:00	45.684,49

### Emitente

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
04.228.626/0001-00	ISM GOMES DE MATTOS EIRELI - MATRIZ	063060574	CE

### Destinatário

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
07.272.636/0001-31	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA		CE
Destino da operação	Consumidor final	Presença do Comprador	
1 - Operação Interna	1 - Consumidor final	0 - Não se aplica	

### Emissão

Processo	Versão do Processo	Tipo de Emissão	Finalidade
0 - com aplicativo do Contribuinte	4.01	1 - Normal	1 - Normal
Natureza da Operação	Tipo da Operação	Forma de Pagamento	Digest Value da NF-e
VENDA DE PRODUCAO DO ESTABELECIMENTO	1 - Saída		/mFR1stBhCivK1q3q+G9ecRJYwM=

### Situação Atual: AUTORIZADA (Ambiente de autorização: produção)

Eventos da NF-e	Protocolo	Data Autorização	Data Inclusão AN
Autorização de Uso	123210082460364	06/12/2021 às 10:17:38-03:00	06/12/2021 às 10:17:50

### Dados do Emitente

Nome / Razão Social	Nome Fantasia
ISM GOMES DE MATTOS EIRELI - MATRIZ	ISM ALIMENTACAO E SERVICO
CNPJ	Endereço
04.228.626/0001-00	RUA MAJOR LADISLAU LOURENCO, 11
Bairro / Distrito	CEP
JANGURUSSU	60870-760
Município	Telefone
2304400 - FORTALEZA	(85)3111-0850
UF	País
CE	1058 - BRASIL
Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do Substituto Tributário
063060574	

Inscrição Municipal	Município da Ocorrência do Fato Gerador do ICMS
238944-4	2304400
CNAE Fiscal	Código de Regime Tributário
	3 - Regime Normal

### Dados do Destinatário

Nome / Razão Social		
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA		
CNPJ	Endereço	
07.272.636/0001-31	AVENIDA DA UNIVERSIDADE, 2853 SEM COMPLEMENTO	
Bairro / Distrito	CEP	
BENFICA	60020-181	
Município	Telefone	
2304400 - FORTALEZA		
UF	País	
CE	1058 - BRASIL	
Indicador IE	Inscrição Estadual	Inscrição SUFRAMA
09 - Não Contribuinte, que pode ou não possuir Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS		
IM	E-mail	

### Dados dos Produtos e Serviços

Num.	Descrição	Qtd.	Unidade Comercial	Valor(R\$)
1	JANTAR SOBREMESA UFC BENFICA ALQ 0% 08.07	648,0000	UN	200,88

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384917	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e		
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)		
Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	648,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	648,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
41,29	18,0000	7,43
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
200,88	1,6500	3,31

## COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
200,88	7,6000	15,27

2	JANTAR BEBIDAS UFC BENFICA 21.06	648,0000	UN	200,88
---	----------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384887	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)



Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	648,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	648,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
41,29	18,0000	7,43
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
200,88	1,6500	3,31

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
200,88	7,6000	15,27

3	JANTAR PROTEINA UFC BENFICA ALQ 0% 02	648,0000	UN	3.194,64
---	---------------------------------------	----------	----	----------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384899	02012090	

Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	648,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	648,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
4,9300000000	4,9300000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
656,67	18,0000	118,20
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

**COFINS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

4

JANTAR GUARN UFC BENFICA ALQ 0% 11.02

648,0000

UN

304,56

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384893	11022000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	648,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	648,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,4700000000	0,4700000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
62,60	18,0000	11,27
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

PIS



CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

**COFINS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

5

JANTAR SALADA UFC BENFICA ALQ 0% 07.06

648,0000

UN

453,60

Código do Produto

384911

Código NCM

07061000

Código CEST

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

5101

Outras Despesas Acessórias

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

SEM GTIN

Unidade Comercial

UN

Quantidade Comercial

648,0000

Código EAN Tributável

SEM GTIN

Unidade Tributável

UN

Quantidade Tributável

648,0000

Valor unitário de comercialização

0,7000000000

Valor unitário de tributação

0,7000000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria

0 - Nacional

Tributação do ICMS

20 - Com redução de base de cálculo

Modalidade Definição da BC do ICMS

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo

93,24

Alíquota

18,0000

Valor

16,78

Percentual Redução de BC do ICMS Normal

79,4447

Valor ICMS Desonerado

Motivo Desoneração ICMS

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

999

Código do Selo

CNPJ do Produtor

Qtd. Selo

CST

99 - Outras saídas

Qtd Total Unidade Padrão

Valor por Unidade

Valor IPI

0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

6	JANTAR ACOMP UFC BENFICA ALIQ 0% 07.13	648,0000	UN	570,24
---	--	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384875	07133399	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e		
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)		
Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	648,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	648,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,8800000000	0,8800000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
117,21	18,0000	21,10
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

7	JANTAR UFC BENFICA OUTROS 21.06	648,0000	UN	149,04
---	---------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384881	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e  
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	648,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	648,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,2300000000	0,2300000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
30,64	18,0000	5,52
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS



79,4447

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

Código do Selo

999

CNPJ do Produtor

Qtd. Selo

CST

99 - Outras saídas

Qtd Total Unidade Padrão

Valor por Unidade

Valor IPI

0,0000

0,0000

0,00

Base de Cálculo

Alíquota

### PIS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

149,04

1,6500

2,46

### COFINS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

149,04

7,6000

11,33

8

DESJEJUM LATICINIOS UFC BENFICA ALQ 0% 04.01

517,0000

UN

573,87

Código do Produto

Código NCM

Código CEST

385036

04011010

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

Outras Despesas Acessórias

5101

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

Unidade Comercial

Quantidade Comercial

SEM GTIN

UN

517,0000

Código EAN Tributável

Unidade Tributável

Quantidade Tributável

SEM GTIN

UN

517,0000

Valor unitário de comercialização

Valor unitário de tributação

1,1100000000

1,1100000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
117,96	18,0000	21,23
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

9

DESJEJUM FRUTAS UFC BENFICA ALQ 0% 08.00

517,0000

UN

191,29

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
385048	08071100	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	517,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável

SEM GTIN	UN	517,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3700000000	0,3700000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
39,32	18,0000	7,08
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

10	DESJEJUM MASSAS ALIMENTICIAS UFC BENFICA ALIQ 0% 19.02	517,0000	UN	336,05
----	--	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
385025	19021900	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

## Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	517,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	517,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,6500000000	0,6500000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
69,08	18,0000	12,43
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST  
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

## COFINS

CST  
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

11	DESJEJUM PROTEINA UFC BENFICA ALQ 0% 02	517,0000	UN	620,40
----	---	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
385030	02012090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF



Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	517,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	517,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
1,2000000000	1,2000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
127,53	18,0000	22,96
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

**COFINS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

12

DESJEJUM UFC BENFICA OUTROS 21.06

517,0000

UN

361,90

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
382836	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	517,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	517,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,7000000000	0,7000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
74,39	18,0000	13,39
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo	Alíquota	Valor
361,90	1,6500	5,97

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
361,90	7,6000	27,50

13	DESJEJUM PAES UFC BENFICA ALQ 0% 19.05	517,0000	UN	310,20
----	--	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
385042	19059090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

### Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	517,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	517,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,6000000000	0,6000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
63,76	18,0000	11,48
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST

		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

14	ALMOCO UFC BENFICA OUTROS 21.06	786,0000	UN	180,78
----	---------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383011	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

#### Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)
--

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,2300000000	0,2300000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
37,16	18,0000	6,69
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)



## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
180,78	1,6500	2,98

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
180,78	7,6000	13,74

15	ALMOCO BEBIDAS UFC BENFICA 21.06	786,0000	UN	243,66
----	----------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383005	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

#### Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
50,09	18,0000	9,02
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
243,66	1,6500	4,02

**COFINS**

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
243,66	7,6000	18,52

16	ALMOCO SALADA UFC BENFICA ALQ 0% 07.06	786,0000	UN	558,06
----	--	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
382777	07061000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e		
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)		
Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000

Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,7100000000	0,7100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
114,71	18,0000	20,65
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

17	ALMOCO GUARN UFC BENFICA ALQ 0% 11.02	786,0000	UN	369,42
----	---------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
382981	11022000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

## Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,4700000000	0,4700000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
75,94	18,0000	13,67
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

## COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

18	ALMOCO ACOMP UFC BENFICA ALIQ 0% 07.13	786,0000	UN	675,96
----	--	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
411746	07133399	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF



Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,8600000000	0,8600000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
138,95	18,0000	25,01
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

19

ALMOCO PROTEINA UFC BENFICA ALQ 0% 02

786,0000

UN

3.874,98

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
382993	02012090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

## Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
4,9300000000	4,9300000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
796,51	18,0000	143,37
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

## COFINS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

20

ALMOCO SOBREMESA UFC BENFICA 21.06

786,0000

UN

243,66

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
382999	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	786,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	786,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
50,09	18,0000	9,02
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00

Base de Cálculo	Alíquota

### PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
243,66	1,6500	4,02

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
243,66	7,6000	18,52

21	DESJEJUM FRUTAS UFC PICI ALQ 0% 08.00	357,0000	UN	132,09
----	---------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
388206	08071900	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e		
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)		
Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	357,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	357,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3700000000	0,3700000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
27,15	18,0000	4,89
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)



## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

22	DESJEJUM UFC PICI OUTROS 21.06	357,0000	UN	249,90
----	--------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
388188	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	357,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	357,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,7000000000	0,7000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor

51,37	18,0000	9,25
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
249,90	1,6500	4,12

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
249,90	7,6000	18,99

23	DESJEJUM MASSAS ALIMENTICIAS UFC PICI ALIQ 0% 19.02	357,0000	UN	232,05
----	---	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
388218	19021900	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e		
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)		
Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	357,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	357,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,6500000000	0,6500000000	

Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00

Número da FCI

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
47,70	18,0000	8,59
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

24	DESJEJUM LATICINIOS UFC PICI ALQ 0% 04.01	357,0000	UN	396,27
----	---	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
388212	04011010	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e  
 1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
----------------------	-------------------	----------------------

SEM GTIN	UN	357,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	357,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
1,1100000000	1,1100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
81,45	18,0000	14,66
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

25	DESJEJUM PAES UFC PICI ALQ 0% 19.05	357,0000	UN	214,20
----	-------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
388221	19059090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	



Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	357,0000

Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	357,0000

Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação
0,6000000000	0,6000000000

Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00

Número da FCI

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação

Base de Cálculo	Alíquota	Valor
44,03	18,0000	7,93

Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		

Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	

CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas

Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00

Base de Cálculo	Alíquota

### PIS

CST  
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST  
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

26	DESJEJUM PROTEINA UFC PICI ALQ 0% 02	357,0000	UN	428,40
----	--------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
388227	02012090	

Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	357,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	357,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
1,2000000000	1,2000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
88,06	18,0000	15,85
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
-----

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

27

ALMOCO SOBREMESA UFC PICI 21.06

712,0000

UN

220,72

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383066	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	712,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	712,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
45,37	18,0000	8,17
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

PIS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

220,72

1,6500

3,64

**COFINS**

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

220,72

7,6000

16,77

28

ALMOCO UFC PICI OUTROS 21.06

712,0000

UN

170,88

Código do Produto

Código NCM

Código CEST

383030

21069090

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

Outras Despesas Acessórias

5101

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

Unidade Comercial

Quantidade Comercial

SEM GTIN

UN

712,0000

Código EAN Tributável

Unidade Tributável

Quantidade Tributável

SEM GTIN

UN

712,0000

Valor unitário de comercialização

Valor unitário de tributação

0,2400000000

0,2400000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria

Tributação do ICMS

Modalidade Definição da BC do ICMS

0 - Nacional

20 - Com redução de base de cálculo

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

35,12

18,0000

6,32

Percentual Redução de BC do ICMS Normal

Valor ICMS Desonerado

Motivo Desoneração ICMS

79,4447

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

Código do Selo



	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
170,88	1,6500	2,82

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
170,88	7,6000	12,99

29	ALMOCO ACOMP UFC PICI ALIQ 0% 07.13	712,0000	UN	612,32
----	-------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
411734	07133399	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

### Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	712,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	712,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,8600000000	0,8600000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação

Base de Cálculo	Alíquota	Valor
125,86	18,0000	22,65
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

30	ALMOCO GUARN UFC PICI ALQ 0% 11.02	712,0000	UN	334,64
----	------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383042	11022000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	712,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	712,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,4700000000	0,4700000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
68,79	18,0000	12,38
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

31	ALMOCO PROTEINA UFC PICI ALQ 0% 02	712,0000	UN	3.510,16
----	------------------------------------	----------	----	----------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383048	02012090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	712,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	712,0000

Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
4,9300000000	4,9300000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
721,52	18,0000	129,87
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

32	ALMOCO SALADA UFC PICI ALQ 0% 07.06	712,0000	UN	498,40
----	-------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383060	07061000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e



1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	712,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	712,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,7000000000	0,7000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
102,45	18,0000	18,44
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST  
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST  
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

33	ALMOCO BEBIDAS UFC PICI 21.06	712,0000	UN	220,72
----	-------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
383036	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	712,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	712,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
45,37	18,0000	8,17
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
220,72	1,6500	3,64

**COFINS**

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
-----	--	--

Base de Cálculo	Alíquota	Valor
220,72	7,6000	16,77

34	JANTAR UFC PICI OUTROS 21.06	553,0000	UN	138,25
----	------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384821	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	553,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	553,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,2500000000	0,2500000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
28,42	18,0000	5,12
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

138,25

1,6500

2,28

**COFINS**

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

138,25

7,6000

10,51

35

JANTAR GUARN UFC PICI ALQ 0% 11.02

553,0000

UN

259,91

Código do Produto

Código NCM

Código CEST

384942

11022000

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

Outras Despesas Acessórias

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

Unidade Comercial

Quantidade Comercial

SEM GTIN

UN

553,0000

Código EAN Tributável

Unidade Tributável

Quantidade Tributável

SEM GTIN

UN

553,0000

Valor unitário de comercialização

Valor unitário de tributação

0,4700000000

0,4700000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria

Tributação do ICMS

Modalidade Definição da BC do ICMS

0 - Nacional

20 - Com redução de base de cálculo

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

53,43

18,0000

9,62

Percentual Redução de BC do ICMS Normal

Valor ICMS Desonerado

Motivo Desoneração ICMS

79,4447

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**



Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

36	JANTAR SALADA UFC PICI ALQ 0% 07.06	553,0000	UN	387,10
----	-------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384960	07061000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	553,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	553,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,7000000000	0,7000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
79,57	18,0000	14,32
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS

79,4447

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

Código do Selo

999

CNPJ do Produtor

Qtd. Selo

CST

99 - Outras saídas

Qtd Total Unidade Padrão

Valor por Unidade

Valor IPI

0,0000

0,0000

0,00

Base de Cálculo

Alíquota

### PIS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

37

JANTAR BEBIDAS UFC PICI 21.06

553,0000

UN

171,43

Código do Produto

Código NCM

Código CEST

384936

21069090

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

Outras Despesas Acessórias

5101

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

Unidade Comercial

Quantidade Comercial

SEM GTIN

UN

553,0000

Código EAN Tributável

Unidade Tributável

Quantidade Tributável

SEM GTIN

UN

553,0000

Valor unitário de comercialização

Valor unitário de tributação

0,3100000000

0,3100000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
35,24	18,0000	6,34
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
171,43	1,6500	2,83

### COFINS

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
171,43	7,6000	13,03

38	JANTAR ACOMP UFC PICI ALIQ 0% 07.13	553,0000	UN	475,58
----	-------------------------------------	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384923	07133399	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e  
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	553,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável

SEM GTIN	UN	553,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,8600000000	0,8600000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
97,76	18,0000	17,60
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

39	JANTAR SOBREMESA UFC PICI ALQ 0% 08.07	553,0000	UN	171,43
----	--	----------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384966	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro



## Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	553,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	553,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
35,24	18,0000	6,34
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
171,43	1,6500	2,83

## COFINS

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
171,43	7,6000	13,03

40 | JANTAR PROTEINA UFC PICI ALQ 0% 02

553,0000

UN

2.726,29

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384948	02012090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	553,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	553,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
4,9300000000	4,9300000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
560,40	18,0000	100,87
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

**COFINS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

41

ALMOCO BEBIDAS UFC PORANGABUSSU 21.06

2.624,0000

UN

813,44

Código do Produto

384839

Código NCM

21069090

Código CEST

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

Outras Despesas Acessórias

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

SEM GTIN

Unidade Comercial

UN

Quantidade Comercial

2.624,0000

Código EAN Tributável

SEM GTIN

Unidade Tributável

UN

Quantidade Tributável

2.624,0000

Valor unitário de comercialização

0,3100000000

Valor unitário de tributação

0,3100000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria

0 - Nacional

Tributação do ICMS

20 - Com redução de base de cálculo

Modalidade Definição da BC do ICMS

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo

167,21

Alíquota

18,0000

Valor

30,10

Percentual Redução de BC do ICMS Normal

79,4447

Valor ICMS Desonerado

Motivo Desoneração ICMS

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

Código do Selo

999

CNPJ do Produtor

Qtd. Selo

CST

99 - Outras saídas

Qtd Total Unidade Padrão

Valor por Unidade

Valor IPI

0,0000

0,0000

0,00

Base de Cálculo

Alíquota

**PIS**

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

813,44

1,6500

13,42

**COFINS**

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

813,44

7,6000

61,82

42

ALMOCO UFC PORANGABUSSU OUTROS 21.06

2.624,0000

UN

629,76

Código do Produto

Código NCM

Código CEST

384833

21069090

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

Outras Despesas Acessórias

5101

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

Unidade Comercial

Quantidade Comercial

SEM GTIN

UN

2.624,0000

Código EAN Tributável

Unidade Tributável

Quantidade Tributável

SEM GTIN

UN

2.624,0000

Valor unitário de comercialização

Valor unitário de tributação

0,2400000000

0,2400000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria

Tributação do ICMS

Modalidade Definição da BC do ICMS

0 - Nacional

20 - Com redução de base de cálculo

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo

Alíquota

Valor

129,45

18,0000

23,30

Percentual Redução de BC do ICMS Normal

Valor ICMS Desonerado

Motivo Desoneração ICMS

79,4447

Valor da Base de Cálculo do FCP

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)



## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
629,76	1,6500	10,39

### COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
629,76	7,6000	47,86

43	ALMOCO GUARN UFC PORANGABUSSU ALQ 0% 11.02	2.624,0000	UN	1.233,28
----	--	------------	----	----------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384845	11022000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e  
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,4700000000	0,4700000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
253,50	18,0000	45,63
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST
06 - Operação Tributável (alíquota zero)

44	ALMOCO ACOMP UFC PORANGABUSSU ALIQ 0% 07.13	2.624,0000	UN	2.256,64
----	---	------------	----	----------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
411740	07133399	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e  
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,8600000000	0,8600000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos

0,00

Número da FCI

**ICMS Normal e ST**

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
463,86	18,0000	83,49
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

**Imposto Sobre Produtos Industrializados**

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

**PIS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

**COFINS**

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

45

ALMOCO PROTEINA UFC PORANGABUSSU ALQ 0% 02

2.624,0000

UN

12.936,32

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384851	02012090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	2.624,0000

Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
4,93000000000	4,93000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

### ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
2.659,10	18,0000	478,64
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

### Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

### PIS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

### COFINS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

46	ALMOCO SOBREMESA UFC PORANGABUSSU 21.06	2.624,0000	UN	813,44
----	---	------------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384869	21069090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro



## Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,3100000000	0,3100000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
167,21	18,0000	30,10
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
813,44	1,6500	13,42

## COFINS

CST	01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))	
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
813,44	7,6000	61,82

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
384863	07061000	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	5101	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

## Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	2.624,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
0,7000000000	0,7000000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		0,00
Número da FCI		

## ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC do ICMS
0 - Nacional	20 - Com redução de base de cálculo	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
377,56	18,0000	67,96
Percentual Redução de BC do ICMS Normal	Valor ICMS Desonerado	Motivo Desoneração ICMS
79,4447		
Valor da Base de Cálculo do FCP	Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

## Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
0,0000	0,0000	0,00
Base de Cálculo	Alíquota	

## PIS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

## COFINS

CST

06 - Operação Tributável (alíquota zero)

## Totais

### ICMS

Base de Cálculo ICMS	Valor do ICMS	Valor do ICMS Desonerado	Valor Total do FCP
9.390,62	1.690,33	0,00	0,00
Valor Total ICMS FCP	Valor Total ICMS Interestadual UF Destino	Valor Total ICMS Interestadual UF Rem.	Base de Cálculo ICMS ST
			0,00
Valor ICMS Substituição	Valor Total do FCP retido por ST	Valor Total do FCP retido anteriormente por ST	Valor Total dos Produtos
0,00	0,00	0,00	45.684,49
Valor do Frete	Valor do Seguro	Valor Total dos Descontos	Valor Total do II
0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total do IPI	Valor Total do IPI Devolvido	Valor do PIS	Valor da COFINS
0,00	0,00	85,46	393,74
Outras Despesas Acessórias	Valor Total da NFe	Valor Aproximado dos Tributos	
0,00	45.684,49	0,00	

## Dados do Transporte

Modalidade do Frete

9 - Sem Ocorrência de Transporte

## Formas de Pagamento

Ind. Forma de Pagamento.	Meio de Pagamento	Descrição do Meio de Pagamento	Valor do Pagamento
0 - Pagamento à Vista	99 - Outros	TITULO	43.011,95
Tipo de Integração Pagamento	CNPJ da Credenciadora	Bandeira da operadora	Número de autorização
Troco			

## Informações Adicionais

XSLT: v4.0.6d

Formato de Impressão DANFE

1 - DANFE normal, retrato

## Autorizados a acessar o XML da NF-e

Autorizado 1 - CPF

002.495.503-50

## Informações Complementares de Interesse do Contribuinte

Descrição

FORNECIMENTO DE REFEICOES (DESJEJUM, ALMOCO E JANTAR) REFERENTE AO PERIODO DE 12/11/2021 A 30/11/2021 . UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA CAMPUS DE FORTALEZA. BANCOBRADERSCO AGENCIA:0454-5 C/C:60000-8 FAVORECIDO: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI.

### Observações do Contribuinte

Campo	Texto
CHCRIACAO	18008549
HORASAI DA	10:16:31

### Dados de Nota Fiscal Avulsa

CNPJ	
<input type="text"/>	
Repartição Fiscal do Emitente	Matrícula do Funcionário
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nome do Funcionário	Fone / Fax
<input type="text"/>	<input type="text"/>
UF	Número do Documento Arrecadação
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Valor Total do Documento Arrecadação	Data de Emissão do Documento Arrecadação
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Data do Pagamento do Documento Arrecadação	
<input type="text"/>	



Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 04.228.626/0001-00

**Razão Social:** I S M GOMES DE MATTOS

**Endereço:** R MAJOR LADISLAU LOURENCO 11 / JANGURUSSU / FORTALEZA / CE /  
60870-760

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/11/2021 a 19/12/2021

**Certificação Número:** 2021112001504115864061

Informação obtida em 26/11/2021 13:28:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**  
**CNPJ: 04.228.626/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:38:09 do dia 06/12/2021 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 04/06/2022.

Código de controle da certidão: **7F6C.3268.1865.F7B7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais**  
202118330051

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
<b>Inscrição Estadual:</b> 063060574
<b>CNPJ / CPF:</b> 04228626000100
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> I S M GOMES DE MATTOS EIRELI

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 04/11/2021 ÀS 08:17:52**  
**VÁLIDA ATÉ 03/01/2022**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço**  
**[www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

---

**Certidão Nº 2021/242336**

**CPF/CNPJ:** 04.228.626/0001-00

**Nome ou Razão Social:** ISM GOMES DE MATTOS EIRELI

**Endereço:** TV MAJ LADISLAU LOURENCO 11 \*\*\*\* JANGURUSSU CEP 60870-762

Certificamos, para fins de comprovação perante terceiros, que a pessoa acima identificada, até a presente data, não possui débitos de natureza tributária para com o Município de Fortaleza, ressalvado, porém, à Secretaria Municipal das Finanças, o direito de cobrar e inscrever, a qualquer tempo, quaisquer dividas em seu nome na forma da legislação vigente.

**Fortaleza, 25 de Outubro de 2021 (16:41:52)**

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em [www.sefin.fortaleza.ce.gov.br](http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

**Válida até 23/01/2022**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.228.626/0001-00

Certidão nº: 48812842/2021

Expedição: 04/11/2021, às 08:23:01

Validade: 02/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.228.626/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

CHECKLIST DE CONFERÊNCIA PARA SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO

**Nº do Contrato:**

43/2017

**Contratada:**

ISM Gomes de Mattos Eireli, CNPJ: 04.228.626/0001-00

ITENS A SEREM VERIFICADOS PELO GESTOR DO CONTRATO

**1. A solicitação se refere a serviços prestados ou bens fornecidos durante a vigência do contrato?**

Sim

**2. Consta garantia contratual vigente à época da prestação de serviço ou fornecimento de bens?**

Sim

**3. Constam os dados bancários da contratada?**

Sim

**4. Existe saldo de empenho suficiente para o pagamento da Nota Fiscal?**

Sim

**5. Existe saldo de contrato suficiente para pagamento da Nota Fiscal?**

Sim

**6. A documentação comprobatória constante no processo se refere à competência do mês anterior ou do respectivo mês da medição?**

Não se aplica

7. No caso de obras ou contratos com cessão de mão de obra, constam os seguintes documentos referentes à competência do mês anterior ao da prestação do serviço:

**a) GPS (INSS) ou DARF unificado (empresas obrigadas ao E-Social e DCTFWeb), acompanhado(a) do respectivo comprovante de pagamento?**

Não se aplica

**b. GRF (FGTS) acompanhada do respectivo comprovante de pagamento?**

Não se aplica

**c. Protocolo de envio de arquivos ? Conectividade Social?**

Não se aplica

**d. Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP?**

Não se aplica

**e. Relatórios GFIP?**

Não se aplica

8. No caso de contratos com cessão de mão de obra, constam os seguintes documentos:

**a. Folha de Pagamento, datada e assinada (Relatório Final de Auditoria nº 01/2018)?\*?**

Não se aplica

**b. Contracheques, datados e assinados (Relatório Final de Auditoria nº 01/2018)?\*?**

Não se aplica

**c. Vale-transporte?**

Não se aplica

**d. Vale-refeição?**

Não se aplica

\* Caso conste outros comprovantes de pagamento, pode-se dispensar as assinaturas na folha de pagamento e contracheques.

**8.1. Consta destaque na nota fiscal referente à retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da NF ou fatura de prestação de serviços (com cessão exclusiva de mão de obra) (Lei nº 8.212/91, art. 31 e IN nº 05/2017, Anexo XI, item 3, "f")?**

Não se aplica

Observação: Não integram ou poderão ser deduzidas da Base de Cálculo (BC) da retenção de 11% (onze por cento) as parcelas que estiverem discriminadas na Nota Fiscal, na Fatura ou no Recibo de prestação de serviços, que correspondam (Lei nº 6.321/1976 e; artigos 121, 124 e 126, § 1º da IN RFB nº 971/2009):

- a) Ao custo da alimentação in natura fornecida pela contratada, de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (ex.: vale-alimentação, vale-refeição, cesta básica);
- b) Ao fornecimento de vale-transporte, de conformidade com a legislação própria;
- c) Aos valores de materiais ou de equipamentos, próprios ou de terceiros, exceto os equipamentos manuais, fornecidos pela contratada, desde que comprovados.

9. No caso de obras (se previsto no Edital), constam:

**a) Relatório fotográfico?**

Não se aplica

**b) ART's (caso se trate de 1ª medição)?**

Não se aplica

**c) Comprovante de entrega/utilização de EPI's (caso se trate de 1ª medição)?**

Não se aplica

**d) Livro Diário de Obra?**

Não se aplica

**10. Consta Portaria de nomeação do Gestor/Fiscal? Ou, nos casos em que não há portaria, documento que comprove a nomeação deste(s) (Termo de Referência, formulário PROPLAD127 - Formalização de Equipe de Gestão/Fiscalização de Contratos/Atas de Registro de Preços)?**

Sim

**10.1. No caso de obras, existe portaria de nomeação do fiscal da obra?**

Não se aplica

**11. Consta, se for o caso, inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Outros Municípios (CPOM), da Prefeitura de Fortaleza-CE?**

Não se aplica

**12. No caso de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, consta indicação do valor a ser provisionado e depositado na Conta-Depósito Vinculada, conforme percentuais estabelecidos no item 14 do Anexo XII da IN nº 05/2017?**

Não se aplica

**Observações:**

-

**DECLARAÇÃO:**

DECLARO que não possuo qualquer PARENTESCO, até o terceiro grau, ou VÍNCULO DE AMIZADE com quaisquer dos sócios/administradores da empresa fornecedora dos serviços/bens.

ATENÇÃO: Este documento deve ser assinado pelo Gestor/Fiscal do Contrato e pelo Fiscal da Obra, se for o caso.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA LOPES VASCONCELOS, Diretor de Divisão**, em 06/12/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **2561372** e o código CRC **146B217C**.

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**PROPLAD063 - TERMO DE ATESTO DE RECEBIMENTO**

**PARA PAGAMENTO DE BENS/SERVIÇOS/OBRAS (NOTA FISCAL):**

Em cumprimento ao Inciso III, § 2º do art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e art. 36 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, ATESTO que os Bens e/ou Serviços constantes na Nota Fiscal nº **13.936**, no valor de **R\$ 45.684,49** (quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) da empresa ISM Gomes de Mattos Eireli, CNPJ: 04.228.626/0001-00, inscrição genérica do contrato: ICCE04317, datada de 06/12/2021, foram recebidos e/ou prestados e aceitos, em conformidade com a Nota de Empenho nº 2021NE801 (SEI nº 2516997) e/ou o Contrato nº 43/2017 (SEI nº 2561264).

**Observação:** A inscrição genérica do contrato é formada pelos seguintes elementos: **ICCE000AA**, onde:

**IC** representa "inscrição do contrato";

**CE** representa a unidade federativa (Ceará);

**000** representa o número do contrato; e

**AA** representa os dois últimos dígitos do ano do contrato.

Exemplo para o contrato nº 001 de 2021: **ICCE00121**

**Houve vistoria técnica para o recebimento do(s) bem(ns):**

(  ) Sim                      (  ) Não se aplica

Nº do Processo ou Documento SEI: (indicar nº do processo ou documento SEI que comprove a vistoria)

**No caso de obras:**

Informo que os serviços se referem à medição nº \_\_\_\_\_.

**No caso de serviços com emprego de materiais:**

(  ) Declaro ainda que os materiais constantes na referida nota fiscal foram efetivamente aplicados nos serviços prestados e que seus respectivos valores de cobrança estão de acordo com os constantes nas tabelas SINAPI e/ou SEINFRA.

**No caso de contrato objeto de cessão de crédito (AntecipaGov):**

(  ) Declaro que as informações abaixo sobre os dados bancários da contratada, referem-se à conta vinculada, informada no Termo de Vinculação de Domicílio Bancário apenso ao processo de operação de crédito, documento SEI nº (inserir link do documento no SEI).

**PARA OUTROS PAGAMENTOS (ART, RRT, Patentes, Auxílio Funeral, Anuidades etc.):**

Em cumprimento ao art. 36 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, **ATESTO** que (**informar beneficiário**), CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, atende aos critérios necessários ao pagamento de (**especificar tipo de pagamento**), no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com o(s) documento(s) SEI nº (**informar documentos que justificam o pagamento**) e em conformidade com a Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
<b>DADOS DO CONTRATO</b>	Nº do Processo: P11541/16-60		Vigência: 11/11/2020 a 12/05/2021
	Objeto: Fornecimento de refeições prontas		
<b>DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA</b>	Banco: Bradesco	Agência: 04545	Conta Corrente: 600008
<b>DADOS DA NOTA FISCAL</b>	Vencimento (se houver):		
	Período dos Serviços Prestados: 12 a 30/11/2021		
	Nº CEI:		
	Retenção (para verificação de penalidade):		
	Glosa (R\$):		% de Glosa:
	Multa (R\$):		% de Multa:

<b>Nome do Gestor/Fiscal do Contrato:</b> Natália Lopes Vasconcelos	<b>SIAPE:</b> 1872895
<b>Portaria nº:</b> 148 de 27/12/2017	<b>SEI nº:</b> 2561262

Obs.: Este documento deve ser assinado pelo Gestor/Fiscal da compra/contratação e, no caso de obras, deve constar assinatura do Fiscal da Obra, do Diretor da Divisão de Obras (DO) e do Coordenador de Projetos e Obras (CPO). No caso de outros pagamentos, deve constar assinatura do gestor da unidade demandante.



Documento assinado eletronicamente por **NATALIA LOPES VASCONCELOS, Diretor de Divisão**, em 06/12/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2561374** e o código CRC **8C825758**.

**Referência:** Processo nº 23067.054884/2021-86

SEI nº 2561374



# TABELA DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

CAMPUS DE FORTALEZA

PERÍODO: 12 a 30/11/2021

IRREGULARIDADE	DATA DE OCORRÊNCIA														TOTAL	CONDIÇÃO	NÍVEL DE CRITICIDADE	INDICE	PP										
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25						26	27	28	29	30					
1	Mudança de cardápio sem aviso prévio de 48h																							0	Por registro	LEVE	0,1	0	
2	Não encaminhar o cardápio mensal até o dia 15 do mês anterior para análise da equipe de Nutrição																								0	Por registro	LEVE	0,2	0
3	Não encaminhar a lista de ingredientes, a composição nutricional e a ficha técnica dos cardápios																								0	Por registro	LEVE	0,2	0
4	Não fornecer material de limpeza adequado e em quantidade suficiente para as operações de higienização nos Refeitórios da UFC																								0	Por registro	LEVE	0,2	0
5	Manter um número insuficiente de funcionários nos Refeitórios da UFC para acompanhar todos os turnos das refeições e desempenhar as funções necessárias, de acordo com as exigências do contrato																								0	Por dia e por registro, cumulativamente	MEDIO	0,3	0
6	Não substituir mão-de-obra faltosa em até 2 (duas) horas, a partir do seu registro																								0	Por dia e por registro, cumulativamente	MEDIO	0,3	0
7	Atrasar em prazo superior à 15 minutos o início da distribuição das refeições, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito																								0	Por dia e por registro, cumulativamente	MEDIO	0,3	0
8	Deixar de indicar preposto ou indicá-lo sem capacidade de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos																								0	Por registro	MÉDIO	0,3	0
9	Deixar de manter em perfeita condição de uso equipamentos e utensílios de cozinha de propriedade da UFC ou da contratada necessários ao serviço prestado																								0	Por registro	MÉDIO	0,3	0
DATA DE OCORRÊNCIA															CONDIÇÃO	NÍVEL DE	INDICE												

IRREGULARIDADE		12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				TOTAL	CONDIÇÃO	CRITICIDADE	ÍNDICE	PP
10	Falta de preparações que não possuam opções equivalentes por um prazo superior à 15 minutos durante o horário da distribuição das refeições																							0	Por registro	MÉDIO	0,3	0
11	Permitir que quaisquer dos empregados que prestam serviço à contratante, exerçam suas atividades sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado.																							0	Por registro	MÉDIO	0,3	0
12	Apresentar laudos técnicos de análise microbiológica de alimentos, superfícies, equipamentos e manipuladores com parâmetros acima dos estabelecidos pela legislação.																							0	Por registro	GRAVE	0,4	0
13	Deixar de substituir imediatamente após sua oficialização, empregado que se conduza de modo																							0	Por registro	GRAVE	0,4	0
14	Paralisação do atendimento no prazo superior a 15 minutos devido à falta de alimentos																							0	Por dia e por registro	GRAVE	0,4	0
15	Ocorrência de surto de Doença Transmitida por Alimentos (DTA) em decorrência do consumo de																							0	Por dia e por registro	GRAVÍSSIMO	2	0
16	Suspender ou interromper, no todo em parte, o serviço por motivo de força maior ou caso fortuito																							0	Por dia e por registro	GRAVÍSSIMO	2	0
17	Descumprimento total ou parcial de qualquer uma das demais cláusulas do Contrato, Edital, Termo de	2							1															3	Por registro	LEVE	0,2	0,6

∑ PP 0,6  
NMA 99,4

NATÁLIA LOPES VASCONCELOS  
DIRETORA DA DIVISÃO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

FRANCISCO JOSÉ ALBUQUERQUE CRUZ  
COORDENADOR DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DA UFC

ITEM	OBSERVAÇÕES:
17	Falta de responsável técnico no desjejum; Fio de cabelo no Café da Manhã do Pici; Presença de Carne no feijão

- NMA com valor igual ou superior a 97, implica em pagamento de 100% dos serviços prestado no mês verificado;
- NMA com valor maior ou igual a 94 e inferior a 97, implica em pagamento de 99% dos serviços prestados no mês verificado;
- NMA com valor maior ou igual a 90 e inferior a 94, implica em pagamento de 98% dos serviços prestados no mês verificado;
- NMA com valor maior ou igual a 86 e inferior a 90, implica em pagamento de 97% dos serviços prestados no mês verificado;
- NMA com valor maior ou igual a 82 e inferior a 86, implica em pagamento de 96% dos serviços prestados no mês verificado;

- f) NMA com valor maior ou igual a 78 e inferior a 82, implica em pagamento de 94% dos serviços prestados no mês verificado;
- g) NMA com valor maior ou igual a 74 e inferior a 78, implica em pagamento de 92% dos serviços prestados no mês verificado;
- h) NMA com valor inferior a 74, implica em pagamento de 90% dos serviços prestados no mês verificado.

**CAFÉ NOVEMBRO 2021**

LOCAL/DATA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
Pici												41	0	0	0	28	28	29	27	0	0	21	34	29	31	29	0	0	28	32	357	
Benfica												41	0	0	0	30	46	44	47	0	0	33	48	46	42	51	0	0	40	49	517	
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	82	0	0	0	58	74	73	74	0	0	54	82	75	73	80	0	0	68	81	0	874

As planilhas acima explicitam os quantitativos de cafés-da-manhã efetivamente consumidos no período de 12 A 30/11/2021 no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Ceará na cidade de Fortaleza.

Francisco José Albuquerque Cruz  
Coordenador do Restaurante Universitário

**ALMOÇO NOVEMBRO 2021**

LOCAL/DATA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
Pici 1												59	0	0	0	59	65	65	54	0	0	58	63	55	64	58	0	0	54	58	712	
Benfica												57	0	0	0	62	71	70	65	0	0	64	63	64	68	67	0	0	67	68	786	
Porangabussu												221	0	0	53	210	240	215	209	0	0	191	214	220	197	198	0	0	221	235	2624	
Labomar																															0	
Pici 2																															0	
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	337	0	0	53	331	376	350	328	0	0	313	340	339	329	323	0	0	342	361	0	4122

As planilhas acima explicitam os quantitativos de almoços efetivamente consumidos no período de 12 A 30/11/2021 no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Ceará na cidade de Fortaleza.

Francisco José Albuquerque Cruz  
Coordenador do Restaurante Universitário



**JANTAR NOVEMBRO 2021**

LOCAL/DATA	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	SEG	TER	TOTAL	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
Pici												49	0	0	0	43	52	52	37	0	0	48	48	47	53	44	0	0	48	32	<b>553</b>	
Benfica												50	0	0	0	55	66	62	52	0	0	54	48	55	53	47	0	0	53	53	<b>648</b>	
<b>Total</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	99	0	0	0	98	118	114	89	0	0	102	96	102	106	91	0	0	101	85	0	<b>1201</b>

As planilhas acima explicitam os quantitativos de jantares efetivamente consumidos no período de 12 A 30/11/2021 no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Ceará na cidade de Fortaleza.

Francisco José Albuquerque Cruz  
Coordenador do Restaurante Universitário

### Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **04.228.626/0001-00**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **ISM GOMES DE MATTOS EIRELI**

### Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

CHECKLIST DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESA

**Empresa Contratada:**

ISM GOMES DE MATTOS EIRELI

ITENS A SEREM VERIFICADOS PELA CCF

**1. Consta memorando de solicitação de pagamento?**

Sim

**2. Consta Nota de Empenho referente ao período dos serviços prestados?**

Sim

**3. Consta Nota Fiscal referente aos serviços prestados ou bens adquiridos?**

Sim

**4. Consta o documento PROPLAD063 - Termo de Atesto de Recebimento?**

Sim

**5. O documento PROPLAD063 - Termo de Atesto de Recebimento foi assinado pelo Gestor/Fiscal formalmente designado, conforme Portaria ou outro documento comprobatório (Termo de Referência, formulário PROPLAD127)?**

Sim

**5.1. No caso de obras, consta, além da assinatura do Gestor do Contrato, a do Fiscal da Obra, do Diretor da Divisão de Obras (DO) e do Coordenador de Projetos e Obras (CPO) (Manual de Gestão de Projetos, Obras, Manutenções e Serviços Gerais/UFC, item 5.1.4)?**

Não se aplica

**6. O Termo de Atesto de Recebimento (PROPLAD063) confere com:**

**a) O valor da NF?**

Sim

**b) O número da NF?**

Sim

**c) O mês de competência?**

Sim

**d) O número da ordem de medição (no caso de obras)?**

Não se aplica

**7. A data do Termo de Atesto de Recebimento é igual ou posterior à data final do período de execução do serviço a ser pago ou à data da entrega dos bens adquiridos?**

Sim

**8. Consta consulta a optante pelo SIMPLES, quando for o caso?**

Não se aplica

**9. Consta lista de verificação PROPLAD102 - Checklist de Solicitação de Liquidação e Pagamento, assinada pelo Gestor do Contrato?**

**Observação: Não se aplica aos pagamentos de ART, RRT, Patentes, Auxílio Funeral ou Anuidades.**

Sim

**10. As retenções dos tributos federais e municipais estão destacadas corretamente na Nota Fiscal?**

Sim

**11. No caso de obras:**

**a) Consta Cadastro Específico de INSS (CEI)?**

Não se aplica

b) A Nota Fiscal com retenção de INSS foi entregue na PROPLAD até o dia 10 do mês subsequente à sua emissão?

Não se aplica

c) Consta planilha de medição?

Não se aplica

d) Consta declaração de Opção Sistemática de Recolhimento da Contribuições Previdenciárias, quando for o caso? (Art. 9º, § 6º da IN RFB nº 1.436/2013):

Não se aplica

12. No caso de despesa com curso e/ou capacitação, consta (m) o (s) certificado (s) de participação?

Não se aplica

13. Consta, se for o caso, inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Outros Municípios (CPOM), da Prefeitura de Fortaleza-CE?

Não se aplica

14. No caso de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, consta PROPLAD144 - Declaração de Conferência de Provisionamento de Valor para Conta Vinculada?

Não se aplica

Observações complementares:

-

Este documento deve ser assinado por servidor da Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO VASCONCELOS ROCHA, Contador**, em 07/12/2021, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2569862** e o código CRC **A68C3188**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**INFORMAÇÕES PARA APROPRIAÇÃO E PAGAMENTO**

Empresa Contratada: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI

Nº do Contrato: 43/2017 - ICCE04317

Nota de Empenho: 2021NE000801

Fonte: 0100000000

Nota Fiscal: 13936

Valor Bruto: R\$45.684,49

Data da Emissão: 06/12/2021

Data do Ateste: 06/12/2021

Vencimento: 31/12/2021

Centro de Custos: 11/2021

Processo nº 23067.054884/2021-86

CLASSIFICAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI		DED	%	CÓD. MUN.	CÓD. REC.	BASE CÁLCULO	VALOR IMPOSTO	VALOR LÍQUIDO
<b>CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b>	339039-41	<b>DDF001</b>	5,85		6147	45.684,49	2.672,54	
<b>SITUAÇÃO:</b>	DSP001	<b>DDF001</b>						
<b>DOC. HAB.:</b>	2021NP002988	<b>DDF001</b>						
<b>NS:</b>	<a href="#">2021NS015274</a>	<b>DDF001</b>						
<b>CGC/ CPF:</b>	04.228.626/0001-00	<b>DDF001</b>						
<b>CEI:</b>		<b>DDR001</b>						
		<b>DGP001</b>						
		<b>ENC001</b>						
<b>VALOR TOTAL A PAGAR</b>							<b>R\$</b>	<b>43.011,95</b>

**CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL**

<b>CONTA ATIVO:</b>		<b>CONTA CONTRATO:</b>	8.1.2.3.1.02.01
<b>CONTA VPD:</b>	3.3.2.3.1.12.00	<b>CONTA PASSIVO:</b>	2.1.3.1.1.04.00



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO VASCONCELOS ROCHA, Contador**, em 07/12/2021, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2569868** e o código CRC **FF39640A**.

---

**Referência:** Processo nº 23067.054884/2021-86

SEI nº 2569868



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
REITORIA  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

OFÍCIO 4487/2021/DICON\_CCF/CCF.\_PROPLAD/PROPLAD/REITORIA

Fortaleza, 07 de dezembro de 2021.

À Divisão de Execução Financeira - DIEF/CCF

**Assunto: Análise pela Conformidade de Registro de Gestão**

Informa-se que foi efetuada a análise do processo, conforme Instrução Normativa STN nº 6, de 31 de outubro de 2007, Manual SIAFI - Macrofunção 02.03.14, que versa sobre Conformidade de Registro de Gestão e Tutorial - Roteiro para Análise e Registro da Conformidade de Registro de Gestão do TCU (Tribunal de Contas da União).

Diante do exposto, encaminham-se os autos ao setor responsável, para dar prosseguimento ao trâmite processual.

CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Divisão de Contabilidade - DICON

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARTA MACIEL BERTULINO SALES, Contador**, em 07/12/2021, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2572032** e o código CRC **675E71E4**.

Av. da Universidade, 2853 - 853366-7350  
CEP 60020-181 - Fortaleza/CE - <http://ufc.br/>

08/12/21 09:39 153045 M17163C1 USUARIO : VALDECI  
OPCAO : \_ ( A-ALTERACAO E-EXCLUSAO )  
CREDOR : 04228626000100  
TITULO : ISM GOMES DE MATTOS EIRELI \_\_\_\_\_  
TITULO REDUZIDO : ISM \_\_\_\_\_  
ENDERECO : MAJOR LADISLAU LOURENCO 11 JANGUR  
: USSU \_\_\_\_\_  
MUNICIPIO : 1389  
CEP : 60870760 UF: CE  
PAIS : 130  
TELEFONE : \_\_\_\_\_  
FAX : \_\_\_\_\_

SIMPLES: NAO OPTANTE

NATUREZA JURIDICA: 230 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESP. LIMITADA (DE NATUREZA EM

INDICADOR DE MATRIZ: 1 MATRIZ

CONSORCIO: N

PGTO EXCLUSIVO POR OBD: N

MOTIVO: \_\_\_\_\_

SITUACAO-SRF : ATIVO REGULAR DATA DA SITUACAO : 01Jan21

NOVA SITUACAO-SRF : ATIVO REGULAR DATA NOVA SITUACAO: 08Dez21

PF1=AJUDA PF3=SAI PF12=RETORNA



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 04.228.626/0001-00 DUNS®: 678643052  
Razão Social: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI  
Nome Fantasia: ISM ALIMENTACAO E SERVICOS  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 25/08/2022  
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN Validade: 25/04/2022  
FGTS Validade: 19/12/2021  
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 25/04/2022

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital Validade: 31/01/2022  
Receita Municipal Validade: 01/03/2022

**V - Qualificação Técnica**

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 30/04/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÕES**

Informações de Pagamento e Retenções			
Nota de Lançamento de Sistema (NS):	15455	Ordem de Pagamento:	OP005333
Data da Ordem de Pagamento:	08/12/2021	DARF:	802211
DAR:		GPS:	
Aceita ISS:	( ) Sim ( X ) Não	DOB035:	

1. No caso de pagamento a contrato objeto de operação de crédito (AntecipaGov), o Gestor do Contrato informou, no documento PROPLAD063 – Termo de Atesto de Recebimento, os dados bancários referentes à conta vinculada, informada no Termo de Vinculação de Domicílio Bancário apenas ao processo de operação de crédito?

- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Em parte  
( ) Não se aplica

Observações:

Este documento deve ser assinado pelo servidor responsável pelo preenchimento.



Documento assinado eletronicamente por **VALDECI EVANGELISTA FERNANDES, Contador**, em 08/12/2021, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2582010** e o código CRC **B8BC7398**.





\_\_\_ SIAFI2021-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA) \_\_\_\_\_  
14/12/21 10:13 USUARIO : KECIA  
DATA EMISSAO : 08Dez21 TIPO OB: 11 NUMERO : 2021OB806150  
UG/GESTAO EMITENTE: 153045 / 15224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA  
BANCO : 001 AGENCIA : 3653 CONTA CORRENTE : 997380632  
FAVORECIDO : 04228626/0001-00 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI  
BANCO : 237 AGENCIA : 0454 CONTA CORRENTE : 600008  
DOCUMENTO ORIGEM : 153045/15224/2021NP002988 SIST. ORIGEM : GESTAOCOMP  
NUMERO BANCARIO : 005304139-9 PROCESSO : 54884/2021-86  
VALOR : 43.011,95

IDENT. TRANSFER. :  
OBSERVACAO DATA SAQUE BACEN: 08/12/21  
PAGAMENTO CONFORME NF 13936, PROCESSO N° 23067.054884/2021-86, PROCESSO: P115  
41/16-60, NOV/2021.

CONTINUA ...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF9=HISTORICO PF12=RETORNA

\_\_\_ SIAFI2021-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA) \_\_\_\_\_  
14/12/21 10:13 USUARIO : KECIA  
DATA EMISSAO : 08Dez21 NUMERO : 2021OB806150  
UG/GESTAO EMITENTE : 153045 / 15224 QUITADA CONFORME INSTRUCAO NORMATIVA  
STN 04 DE 13/AGO/2002.

ASS. ORDENADOR DESPESA : 059.472.003-68 DATA: 08Dez21 HORA: 11:54  
ASS. GESTOR FINANCEIRO : 511.534.593-53 DATA: 08Dez21 HORA: 10:27  
LIBERACAO STN : DATA: HORA:  
REMESSA DO BANCO DO BRASIL : 04199 DATA: 08Dez21 HORA: 12:10  
NUMERO OPERACAO SPB : 00394460202112081501174  
NUM. DA ORDEM DE PAGAMENTO : 2021OP005333

LANCADO POR : 05947200368 - ALMIR UG : 153045 08Dez21 11:55  
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF7=VOLTA PF9=HISTORICO PF12=RETORNA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA  
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração  
Avenida da Universidade, 2853 - Benfica. Fortaleza-CE, CEP: 60020-181.  
Telefone: +55 (85) 3366 7365 - E-mail: proplad@proplad.ufc.br -  
www.proplad.ufc.br

## DESPACHO DE ANEXAÇÃO/ ARQUIVAMENTO

Fortaleza, 14 de dezembro de 2021.

**Interessado(S):** UFC; Divisão de Arquivo; (informar unidade de origem do processo).

**Referência:** Processo nº 23067.054884/2021-86

### Em caso de anexação:

Considerando que o presente processo atingiu a finalidade pretendida, encaminha-se o feito à Divisão de Arquivo da PROPLAD para fins de arquivamento e gestão processual, objetivando futuras consultas. Ademais, informa-se que deve ser providenciada a sua anexação ao processo: 23067.011541/2016-60.

XX de XXX de XXXX

Atenciosamente,

nome do servidor  
unidade administrativa da UFC

### Orientações para a produção de despacho de anexação/ arquivamento:

- Informar devidamente, quando o destino for a anexação, em qual processo anexar, utilizando do **Botão SEI** (inserir um link para processo ou documento no SEI!) disponível na barra de ferramentas do editor de texto do SEI;
- Quanto à anexação, caso o processo principal seja físico, averiguar se possui o status **ATIVO** no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (**SIPAC**);
- Em casos de processos que possuem como referência mais de um processo principal, informar no despacho em qual anexar e em qual ou quais relacionar;
- Processos que **NÃO** possui destino a anexação, informar no despacho apenas destinação a arquivamento;



Documento assinado eletronicamente por **KECIA MARIA MENDES CARNEIRO, Coordenador de Coordenadoria**, em 14/12/2021, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2644358** e o código CRC **629415FA**.

---

**Referência:** Processo nº 23067.054884/2021-86

SEI nº 2644358